

MESTRADO

PSICOLOGIA

Precariedade na agricultura: a realidade dos trabalhadores agrícolas sazonais

BRUNA ALEXANDRA MOREIRA VIEIRA

M

2018





PRECARIEDADE NA AGRICULTURA: A REALIDADE DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS SAZONAIS

BRUNA ALEXANDRA MOREIRA VIEIRA

junho 2018

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado em Psicologia, área de Psicologia das Organizações, Social e do Trabalho, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Liliana Cunha (FPCEUP).

Avisos Legais

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Resumo

O setor agrícola é um dos setores com maior expressão de trabalho sazonal, associado a situações de precariedade, com formas de organização do trabalho atípicas ou informais, períodos de desemprego incertos, salários indefinidos, falta de proteção social e económica e exposição a múltiplos fatores de risco. Nesse sentido, as condições precárias de trabalho e de segurança, deixam marcas indeléveis na saúde, mesmo tratando-se de um trabalho caracterizado como “sazonal”. Existem trabalhadores em situações de trabalho verdadeiramente alarmantes, expostos a uma multiplicidade de constrangimentos e riscos que colocam em causa o seu bem-estar e a sua saúde. As políticas públicas, ou a sua ausência no que à vigilância sobre o trabalho neste setor diz respeito, mesmo sem o quererem têm influência neste ciclo interminável de precariedade e, por falta de alternativa, os trabalhadores continuam a sujeitar-se a ele.

Com o intuito de compreender melhor esta realidade, os fatores de risco associados a esta atividade e os consequentes problemas de saúde que são produzidos foi articulada uma abordagem do setor, mais especificamente, da apanha de frutos (frutos vermelhos, kiwis e uvas) e de outras tarefas subjacentes à produção dos mesmos, de cariz qualitativo e quantitativo, recorrendo-se a observações de campo e à aplicação do Inquérito Saúde e Trabalho (INSAT 2016).

Os resultados demonstraram que estes trabalhadores estão expostos a uma série de fatores de risco, comumente categorizados como riscos físicos, ambientais, químicos e psicossociais, de que são exemplo a exposição a gestos repetitivos, posturas penosas, esforços físicos intensos, ruído nocivo ou incómodo, temperaturas extremas, poeiras ou gases, produtos químicos, ritmo intenso de trabalho, adaptação constante a mudanças de métodos ou instrumentos de trabalho, horários irregulares, entre outros. Ainda que se trate de um trabalho sazonal, com uma duração que pode ser de um ou dois meses, os resultados corroboram o facto de ser a exposição acumulada aos diferentes fatores de risco a produzir efeitos não negligenciáveis na saúde, mesmo se relativizados ou tidos como “característicos da própria atividade”, como fadiga crónica, dores osteoarticulares, nervosismo, entre outros. A ausência de uma maior vigilância destes trabalhadores, das suas situações concretas de trabalho, pelas instituições públicas, faz perpetuar estes efeitos e o silêncio que estes trabalhadores têm dificuldade em romper por medo de perda de trabalho.

Palavras-chave: precariedade, condições de trabalho e de emprego, trabalho sazonal, fatores de risco, problemas de saúde, agricultura.

Abstract

Agriculture accounts for a big percentage of seasonal employment, often being associated with precarious situations, informal and atypical organization methods, uncertain unemployment periods, undefined salaries, lack of social and economic protection and exposure to multiple risk factors. In that sense, the precarious work and safety conditions lead to lasting health problems, regardless of it being labeled as seasonal. There are workers subject to alarming work conditions, exposed to a variety of constraints and risks that compromise their health and well-being. The government policies, or even the absence of, even if unwillingly have a great impact in this unending precarious cycle, a lack of better choice causes workers to keep subjecting themselves to these conditions.

To better understand this reality, including the risks and health problems associated with it, a study to the activities in the sector was made, more specifically fruit gathering and other tasks associated with the production of said fruits. The study was made through field observations and inquiries (INSAT), covering both qualitative and quantitative parameters. The results show that these workers are exposed to various hazards, be it physical, environmental, chemical or psychosocial, such as repetitive gestures, bad posture, intense physical efforts, loud noises, extreme temperatures, dust particles or gases, high work load, constant changes to work methods or instrumentations, irregular work hours, amongst others. In spite of it being seasonal work, with durations ranging from one to two months, the results corroborate the fact that prolonged exposure to such hazards causes lasting damage to the workers health and well-being, even if taken as “expected” for such activity, such as chronic fatigue, osteoarticular pain, nervousness and others. The lack of monitoring on these workers, and respective work conditions, by public institutions, perpetuate these conditions as well as the silence these workers are so afraid to break because of the risk of unemployment.

Keywords: precariousness, working and employment conditions, seasonal work, risk factors, health problems, agriculture.

Résumé

Le secteur agricole est l'un des secteurs avec la plus expression du travail saisonnier, associés à des situations de précarité, avec des formes d'organisation du travail atypiques et informelles, périodes de chômage incertaines, salaires indéfinis, manque de protection sociale et économique et l'exposition aux multiples facteurs de risque. En ce sens, les conditions précaires de travail et de sécurité, laisser des marques indélébiles en santé, même s'agissant de un travail caractérisé comme "saisonnier". Il y a des travailleurs dans des situations de travail vraiment alarmantes, exposés à une multiplicité de contraintes et de risques qui mettent en cause leur bien-être et leur santé. Les politiques publiques, ou l'absence en matière de surveillance du travail dans ce secteur, même sans la volonté, ils ont une influence dans ce cycle sans fin de précarité et, par manque d'alternative, les travailleurs continuent à s'y soumettre.

Afin de mieux comprendre cette réalité, les facteurs de risque associés à cette activité et des problèmes de santé conséquents qui sont produites a été articulé une approche de secteur, plus spécifiquement, de cueillette des fruits (fruits rouges, kiwis et raisins) et d'autres tâches sous-tendant à la production des mêmes. De nature qualitatif et quantitatif, en utilisant des observations de terrain et l'application de l'enquête sur la santé et le travail (INSAT 2016).

Les résultats démontré que ces travailleurs sont exposés à un certain nombre de facteurs de risque, souvent catégorisés comme des risques physiques, environnementaux, chimiques ou psychosociaux, sont exemple l'exposition à des gestes répétitifs, postures douloureuses, efforts physiques intenses, bruit nocif ou inconfortable, températures extrêmes, particules de poussière ou gaz, produits chimiques, rythme de travail intense, adaptation constante aux changements de méthodes de travail ou instruments de travail, horaires de travail irréguliers, entre autres. Bien que ce soit un travail saisonnier, avec une durée d'un ou deux mois, les résultats corroborent le fait que c'est l'exposition cumulée aux différents facteurs de risque produire des effets sur la santé non négligeables, même s'ils sont relativisés ou pris comme "caractéristique de la propre activité", comme la fatigue chronique, douleurs ostéo-articulaires, nervosité entre autres. L'absence de plus de vigilance de ces travailleurs, de leurs situations de travail concrètes, par les institutions publiques, fait perpétuer ces effets et le silence de ces travailleurs ont des difficultés dans la casse par peur de perdre son travail.

Mots-clés: précarité, conditions de travail et d'emploi, travail saisonnier, facteurs de risque, problèmes de santé, agriculture.

Índice

Introdução.....	1
Enquadramento teórico.....	3
1. O trabalho sazonal	3
2. O trabalho na agricultura	4
2.1. Caracterização do trabalhador agrícola	5
2.2. O setor agrícola e as políticas europeias	6
2.3. O setor agrícola e as políticas nacionais.....	7
3. Condições de trabalho e de emprego na agricultura	10
4. Fatores de risco associados à agricultura	11
5. Saúde no trabalho no setor da agricultura.....	15
Estudo Empírico	17
1. Metodologia.....	17
1.1. Participantes	17
1.2. Instrumentos	18
1.3. Procedimentos de recolha e de análise dos dados	20
2. Apresentação e discussão dos resultados.....	21
2.1. Caracterização dos participantes	22
2.2. Caracterização dos riscos do trabalho associados à agricultura.....	26
2.3. A Saúde na Agricultura	36
Conclusões.....	40
Referências Bibliográficas.....	42
Anexos.....	47

Índice de figuras

Figura 1 - Evolução da mão-de-obra agrícola total, familiar e não familiar (Milhares) em Portugal ao longo dos anos (Pordata, 2018b).	8
Figura 2 - Percentagem de trabalhadores que referem a existência de uma delegação ou comité de saúde e segurança no trabalho por setor, na UE28 (Eurofound, 2017).....	14
Figura 3 - Cronograma de tarefas agrícolas “prescritas” ao longo do ano.	25
Figura 4 - Posturas penosas adotadas por quatro trabalhadores agrícolas na apanha de mirtilos (fotografias tiradas nas observações de campo).	28
Figura 5 - Sequência de gestos realizados e posições adotadas por uma trabalhadora agrícola na apanha de mirtilos – que envolve ações como baixar-se ao nível dos mirtilos, esticar os braços, escolher os mirtilos no ponto de maturação perfeito, puxar os mirtilos.	28
Figura 6 - Problemas de saúde sentidos no dia-a-dia pelos trabalhadores agrícolas relacionados com a sua atividade de trabalho (%).	38

Índice de tabelas

Tabela 1 - Caracterização da amostra (INSAT 2016).	18
Tabela 2 - Distribuição dos participantes por grupos etários.	22
Tabela 3 - Distribuição dos participantes por nível de escolaridade.	23
Tabela 4 - Divisão da amostra por antiguidade.	23
Tabela 5 - Distribuição dos participantes por antiguidade no trabalho agrícola.	23
Tabela 6 - Caracterização da situação de emprego da amostra.	24
Tabela 7 - Caracterização da atividade de trabalho da amostra (continuação).	24
Tabela 8 - Fatores físicos de risco.	27
Tabela 9 - Fatores de risco do ambiente local de trabalho.	29
Tabela 10 - Fatores toxicológicos de risco.	31
Tabela 11 - Fatores psicossociais de risco.	32
Tabela 12 - Problemas de saúde associados ao trabalho agrícola.	37

Lista de abreviaturas

CE – Comissão Europeia

DRAPN – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

EPI's – Equipamentos de Proteção Individual

EPC's – Equipamentos de Proteção Coletiva

Eurofound – European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions

GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

ILO – International Labour Organization

INE – Instituto Nacional de Estatística, I.P.

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMAIAA – Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações Agro-Alimentares

PAC – Política Agrícola Comum

PDR2020 – Programa de Desenvolvimento rural de Portugal 2014-2020

PME's – Pequenas-médias Empresas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ProDer – Programa de Desenvolvimento Rural

STOA – Science and Technology Options Assessments

SST – Segurança e Saúde no Trabalho

EU – União Europeia

Introdução

O trabalho assume um papel central na vida do ser humano – afinal de contas, passamos cerca de um terço do nosso tempo no local de trabalho e, aproximadamente, metade da vida como parte integrante da “população ativa” (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], 2015). E, portanto, deveria haver um investimento concreto por parte das entidades públicas em promover e garantir um trabalho digno, boas condições de trabalho, a inexistência, ou pelo menos minimização, de fatores de risco, medidas da segurança e saúde, o bem-estar dos trabalhadores e proteção socioeconómica. Apesar destas questões serem, desde há muito, proclamadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela União Europeia, ou pela Autoridade para as Condições de trabalho, no âmbito nacional, a verdade é que estas condições nem sempre estão garantidas, muitos trabalhadores vivem afastados da economia formal de trabalho e em situações de precariedade. Porquê? Em que setores? Que trabalhadores? Estas sempre foram questões que me causaram alguma inquietação e que, de certa forma, contribuíram para o meu interesse por esta temática. Eu cresci num meio rural onde as oportunidades de emprego eram escassas e a maioria das pessoas trabalhava fora (nas zonas urbanas), ou na agricultura familiar. Até que, a certa altura (meados de 2012/2013), começam a surgir oportunidades de trabalho remuneradas na agricultura não familiar – uma novidade na região, resultante da implementação de algumas políticas públicas no setor da agricultura, nomeadamente de apoio aos jovens e incentivo à criação de emprego e dinamização das zonas rurais. No entanto, estas oportunidades não se enquadravam na economia formal de trabalho, no conceito mais tradicional de “emprego”, na noção de trabalho digno – eu ouvia relatos de trabalhadores que se queixavam da falta de condições (desde não ter acesso a uma casa-de-banho ao facto de trabalharem sem qualquer tipo de proteção individual e coletiva), da forma como eram chamados para trabalhar, da irregularidade de tempos de trabalho, dos baixos salários, da falta de proteção, segurança e bem-estar no trabalho, e a minha inquietação aumentava. Foi então que decidi estudar esta temática, tentar compreender a realidade de trabalho sazonal destes trabalhadores, as condições em que a sua atividade é exercida e os fatores de risco a que se encontram expostos, o impacto que podem ter na saúde e, por último, como é que as políticas públicas nacionais e europeias podem interferir na vida destes trabalhadores rurais, e demonstrar que existe uma outra realidade no setor agrícola além daquela que é relatada nas estatísticas nacionais e europeias, que a vida de cada trabalhador

importa e, portanto, deverão ser tomadas medidas para contrariar a precariedade no trabalho rural.

Neste sentido, os objetivos gerais deste estudo prendem-se com a análise das características, especificidades e fatores de risco do trabalho sazonal agrícola, assegurado por uma mão-de-obra contratada à tarefa, e do potencial impacto na sua saúde, visível ou não, tendo por base a perspectiva dos próprios trabalhadores em articulação com o que revelam as observações da sua atividade real de trabalho.

Relativamente à estrutura da dissertação, será apresentado, numa primeira parte, um breve enquadramento teórico, focado nas especificidades do trabalho sazonal e do setor agrícola enquanto fonte de trabalho, na abordagem das políticas públicas, europeias e nacionais, que influem na configuração da atividade de trabalho, e nas estatísticas mais relevantes que traduzem uma perspectiva desta realidade, sobre as condições de trabalho e de emprego, os fatores de risco tidos como mais prevalentes e os problemas de saúde mais identificados neste setor de atividade. No capítulo seguinte, será feito um enquadramento dos objetivos da investigação, uma descrição da metodologia utilizada que articulou uma perspectiva qualitativa e uma perspectiva quantitativa, uma caracterização dos participantes e instrumentos utilizados e, uma descrição dos procedimentos realizados na recolha e análise dos dados. Posteriormente, na apresentação e discussão dos resultados, serão apresentados os resultados e a sua discussão, em paralelo, relativamente às características da amostra, fatores de risco a estão expostos e impacto na sua saúde. Tecem-se, por último, as conclusões e considerações finais, com ênfase num olhar crítico sobre a precariedade de condições de trabalho a que estes trabalhadores estão frequentemente sujeitos e consequente impacto, visível ou não, que tem na sua saúde, sobre uma realidade significativamente diferente daquela que é descrita e discutida nos documentos oficiais e sobre a qual seria importante refletir e agir.

Enquadramento teórico

1. O trabalho sazonal

O trabalho sazonal diz respeito a uma forma de trabalho temporário associado a períodos do ano e setores específicos (European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions [Eurofound], 2018).

A caracterização do trabalho como sazonal surge da necessidade de ter em consideração a sazonalidade de algumas tarefas (como por exemplo, o caso dos trabalhadores agrícolas contratados para a colheita de fruta), que consequentemente têm interferência nas necessidades de contratação de mão-de-obra (Pino, 2014).

Na produção agrícola, a sazonalidade deve-se principalmente às variações climáticas das estações do ano – as condições de temperatura e precipitação, o balanço hídrico, a ocorrência de cheias, secas, geadas, que condicionam as épocas de plantio, desenvolvimento da cultura e colheita (Pino, 2014).

O trabalho agrícola é caracterizado por contantes oscilações e incertezas, não só pelo condicionamento imposto pelas condições meteorológicas, mas também devido às próprias exigências das culturas – existem tarefas agrícolas que têm de ser realizadas em determinados momentos do ano (Tessari, 2011). E, portanto, em determinadas épocas do ano há uma grande procura de mão-de-obra, enquanto noutras ela é quase inexistente. As necessidades de contratação de trabalhadores não são equilibradas ou proporcionais ao longo do ano, são sazonais, esporádicas e, na maioria dos casos, estão associadas a tarefas agrícolas específicas (Pino, 2014).

Além disso, por norma, os trabalhadores sazonais são tratados de forma menos favorável que os trabalhadores efetivos no que toca às condições de trabalho, regalias e direitos legais no trabalho (Eurofound, 2018). E muitas das formas de trabalho presentes nas zonas rurais (como é o caso do trabalho sazonal ou do trabalho agrícola familiar) são excluídas da legislação laboral (International Labour Organization [ILO], 2015) e frequentemente referenciadas como formas atípicas ou informais de trabalho (Eurofound, 2017), associadas a precariedade no trabalho, vulnerabilidade, e falta de segurança ou estabilidade económica e social (European Parliament, 2017).

Em Portugal, a forma como o trabalho sazonal é visto e tratado não é diferente, inclusive a referência ao mesmo no código do trabalho é mínima, surgindo apenas no âmbito das necessidades temporárias que permitem a celebração de um contrato de trabalho a termo resolutivo (alínea e do nº2 do artigo 140º do Código do Trabalho), a utilização do trabalho temporário (nº1 do artigo 175º do Código do Trabalho) ou a celebração de um contrato de muito curta duração (artigo 142º do Código do Trabalho), não havendo uma secção dedicada em exclusivo a esta forma de trabalho (Gonçalves & Alves, 2017), que como já foi referido anteriormente está muito presente no setor da agricultura.

2. O trabalho na agricultura

Durante séculos a agricultura foi vista como a arte de cultivar os campos de forma o mais rentável possível para assegurar a alimentação do Homem (Diehl, 1989). Mas, com o desenvolvimento da sociedade e a entrada do capitalismo, essa definição perdeu o seu valor e a agricultura passou a ser vista como um modo de obter, não só a subsistência, mas também o lucro (Diehl, 1989).

Atualmente, a agricultura assume uma posição central no quotidiano e desenvolvimento humano, garantindo “mais de 80% dos alimentos de todo mundo” (PNUD, 2015, p.4) e contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução da pobreza (Banco Mundial, 2007) – cerca de “78% dos pobres do mundo vivem nas zonas rurais e a maior parte depende da agricultura de subsistência” (Banco Mundial, 2016, p.15) para sobreviver. A agricultura é ainda “uma importante fonte de trabalho” (Science and Technology Options Assessments [STOA], 2017, p.87) – mais de mil milhões de pessoas, cerca de um terço da mão-de-obra mundial, trabalham no setor agrícola (PNUD, 2015; ILO, 2016).

Este setor tem sofrido importantes alterações, do ponto de vista, nomeadamente, das políticas públicas que têm sido definidas em contexto europeu e em contexto nacional e que têm um impacto incontornável sobre as condições de trabalho e emprego daqueles que exercem atividade no setor, da evolução dos riscos a que estão expostos, e do maior ou menor reconhecimento do impacto que têm na sua saúde, tal como será retratado nos pontos seguintes. Mas, primeiro, é importante perceber quem são as pessoas que trabalham neste setor.

2.1. Caracterização do trabalhador agrícola

Agricultor é aquele que monitoriza, controla, prepara, supervisiona e organiza todos os trabalhos agrícolas (Instituto Nacional de Estatística, I.P. [INE], 2011). As estatísticas indicam que a grande maioria dos produtores agrícolas tem baixos níveis de escolaridade – em 2013, 22% tinha apenas o ensino básico, 18,6% não apresentava qualquer nível de instrução e só 5,5% possuía o ensino superior (Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, [GPP], 2016) – e não possui formação formal específica na área – na UE, 70% dos agricultores possui uma experiência prática, 20% recebeu formação básica e apenas 8% frequentou um curso intensivo na área (STOA, 2016). A nível nacional, apenas 15% dos produtores agrícolas tem formação profissional agrícola e 11% o nível secundário ou superior (Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte [DRAPN], 2015), as estatísticas demonstram ainda que 59,7% da mão-de-obra agrícola tem apenas o ensino básico e 12,5% não sabe ler nem escrever (Pordata, 2018a). O que demonstra que, na realidade, muitos dos trabalhadores agrícolas pertencem ao grande grupo (CITP/ISCO/2008) de trabalhadores não qualificados (INE, 2011), cujas tarefas

“(…) consistem, particularmente, em: escavar e limpar valas para fins agrícolas; carregar e descarregar matérias-primas, produtos e outros materiais; apanhar e empilhar palha, feno, forragens e materiais similares; regar, desbastar e sarchar plantas manualmente; apanhar fruta, frutos de casca rijas, produtos hortícolas e outros; plantar e colher, manualmente, produtos agrícolas; e, classificar, escolher, atar molhos e embalar produtos agrícolas em recipientes.” (INE, 2011, p. 420).

Em Portugal, “a maior parte da população empregada na atividade económica da agricultura, produção animal, caça e silvicultura, trabalha por conta de outrem (51,9%), seguindo-se os trabalhadores por conta própria (23,1%) e os empregadores (18,1%)” (INE, 2017, p. 61). Mais de metade das pessoas que trabalham na agricultura são trabalhadores por conta própria sem empregados, e a maioria trabalha em microempresas (79%), apenas 3% em grandes empresas e 18% em pequenas-médias empresas (PME’s, Eurofound, 2017). Os responsáveis pelas explorações agrícolas são maioritariamente produtores singulares (95,9%), dos quais apenas 19,5% trabalha a tempo inteiro e só 6,2% vive exclusivamente da agricultura, pois cerca de 65,3% complementa o seu rendimento com pensão ou reformas (GPP, 2017a). Os trabalhadores agrícolas são dos que menos recebem a nível europeu (Eurofound, 2017).

A idade média do produtor agrícola singular em Portugal é de 64 anos (DRAPN, 2015; GPP, 2016), sendo que apenas 2,2% tem menos de 35 anos, 6,4% tem entre 35 e 45 anos, 16% de 45 a 55 anos, 23,4% entre 55 e 65 anos de idade e, cerca de 52% mais de 65

anos (GPP, 2016). Comparativamente com as estatísticas europeias, o produtor agrícola singular em Portugal é mais envelhecido – 6% tem menos de 35 anos e 31% mais de 65 (STOA, 2016).

Relativamente à dimensão género, existe uma clara predominância dos homens nas atividades agrícolas (Eurofound, 2017), em Portugal: 31,7% dos produtores agrícolas singulares são mulheres e 68,3% do sexo masculino (DRAPN, 2015; GPP, 2016). Também na UE as estatísticas são semelhantes, cerca de 35% dos agricultores são mulheres e 65% são homens (Eurofound, 2017).

Não obstante o facto de os dados estatísticos nacionais e europeus mostrarem que o trabalhador agrícola é um profissional tendencialmente não qualificado, sem formação profissional específica na área, com o ensino básico e experiência de trabalho adquirida pelo exercício prático da atividade, do sexo masculino e com 64 anos ou mais, nos últimos anos, os discursos sociais legitimam a ideia de que há uma maior heterogeneidade entre os trabalhadores deste setor, em resultado de algumas políticas públicas que marcam esta mudança.

2.2. O setor agrícola e as políticas europeias

A agricultura é o único setor apoiado exclusivamente pelas políticas e fundos europeus, contrariamente aos outros setores, cujo apoio é feito pelos governos nacionais (Comunidade Europeia [CE], 2017a) – “sem uma política comum, não há dúvida de que os Estados-Membros aplicariam políticas nacionais díspares e com diferentes graus de intervenção pública” (CE, 2017a, p. 6), que prejudicariam principalmente os agricultores, “o primeiro elo na cadeia de produção de alimentos. E, “por conseguinte, de grande importância estratégica, [estes] atores económicos que a União Europeia [UE] não pode perder” (CE, 2017a, p. 8), mas que são também os mais frágeis e desprotegidos, condicionados pelas condições meteorológicas e, frequentemente, postos à prova pela instabilidade dos preços, catástrofes naturais, pragas e doenças que afetam as culturas agrícolas sem aviso prévio (CE, 2017b). Nesse sentido, em 1962 a Comunidade Económica Europeia criou uma Política Agrícola Comum [PAC], “uma parceria entre a agricultura e a sociedade, entre a Europa e os agricultores europeus” (CE, 2017a, p. 3), com o objetivo de permitir um nível de vida sensato aos agricultores e alimentos a preços justos e acessíveis a toda a comunidade europeia (CE, 2017a). No entanto, as condições socioeconómicas e as preocupações ambientais têm sofrido múltiplas alterações ao longo dos anos, o que obriga a mudanças e

adaptações contantes. Portanto, em 1992, a par da Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro e promotora do desenvolvimento sustentável, a UE decide alterar os objetivos da PAC e deixar de investir nos preços dos alimentos e, investir diretamente nos agricultores (CE, 2017). E, mais tarde, no ano 2013, a UE faz uma nova revisão a esta política, defendendo agora, o apoio ao emprego agrícola, o desenvolvimento das zonas rurais, a promoção da agricultura sustentável e o aumento da produtividade do setor (CE, 2017a). É, neste âmbito, que se reforça ainda a pertinência de uma análise das condições de trabalho no setor e da precariedade reservada a estes trabalhadores instigada por “contratos de trabalho sazonais”.

Aproximadamente 55% da população europeia vive nas zonas rurais (CE, 2017b), “sem a agricultura, pouco restaria para manter vivas e coesas muitas comunidades” (CE, 2014, p. 10) e lavradas muitas das terras – 40% da área europeia é utilizada pela agricultura, o que corresponde a 174 milhões de hectares (STOA, 2017). Existem cerca de 11 milhões de explorações agrícolas na UE e 22 milhões de pessoas a trabalhar no setor agrícola (CE, 2017a), “em conjunto, os setores agrícola e alimentar representam cerca de 44 milhões de postos de trabalho na UE” (CE, 2017a, p. 4).

Apesar da dimensão do setor e da sua importância para a sobrevivência e desenvolvimento humano, a agricultura tem sido encarada pelos jovens como uma atividade de trabalho pouco atrativa (CE, 2017a), o que resultou numa significativa diminuição dos agricultores – como fora anteriormente referido, em 2013, apenas “6% das explorações eram dirigidas por agricultores com menos de 35 anos, enquanto 31% eram geridas por pessoas com mais de 65 anos” (CE, 2017a, p. 8). Reconhecendo a seriedade desse problema, a Comissão Europeia [CE] decide incentivar os jovens através de financiamentos para a compra de terras, máquinas e equipamentos, e subsídios para a formação de novos agricultores, instrução de novas práticas agrícolas e aperfeiçoamento de conhecimentos (CE, 2017a). Algumas destas medidas são, inclusive, de carácter obrigatório para os 28 Estados-Membros da UE, como é o caso da ‘*Young Farmer Scheme*’, onde os jovens agricultores com menos de 35 anos recebem um suplemento de 25% de ajuda direta atribuída às suas explorações por um período de cinco anos (STOA, 2016).

2.3. O setor agrícola e as políticas nacionais

Em meados do século passado a população ativa agrícola em Portugal era superior a 1,5 milhões de pessoas, cerca de 47% da população ativa (INE, 2017). A agricultura era a

atividade económica mais importante da altura – o seu contributo para o produto interno bruto era de 32% (Batista, 1994). Com o passar dos anos e a evolução da industrialização, a agricultura perdeu peso significativo na economia e empregabilidade do país e, em 1970, a população ativa agrícola diminuiu 17% (Baptista, 1994). Esta situação

“(…) articulou-se com uma acentuada transformação tecnológica, através da qual as explorações agrícolas procuravam adaptar-se ao crescente alargamento do mercado, ao aumento dos salários agrícolas e à partida de muitos filhos das explorações familiares. A mecanização, o incremento do consumo de adubos químicos, de sementes selecionadas e de pesticidas, nomeadamente herbicidas, foram a face mais marcante das transformações operadas, que, em meados dos anos 70, já se encontravam largamente generalizadas.” (Baptista, 1994, p.913).

Em 1986, com a entrada de Portugal na União Europeia, a agricultura sofre um novo golpe, a população ativa agrícola passa para os 18%, o que significa uma diminuição de 13%, e sua representatividade no produto interno bruto passa para os 6,5% (Baptista, 1994).

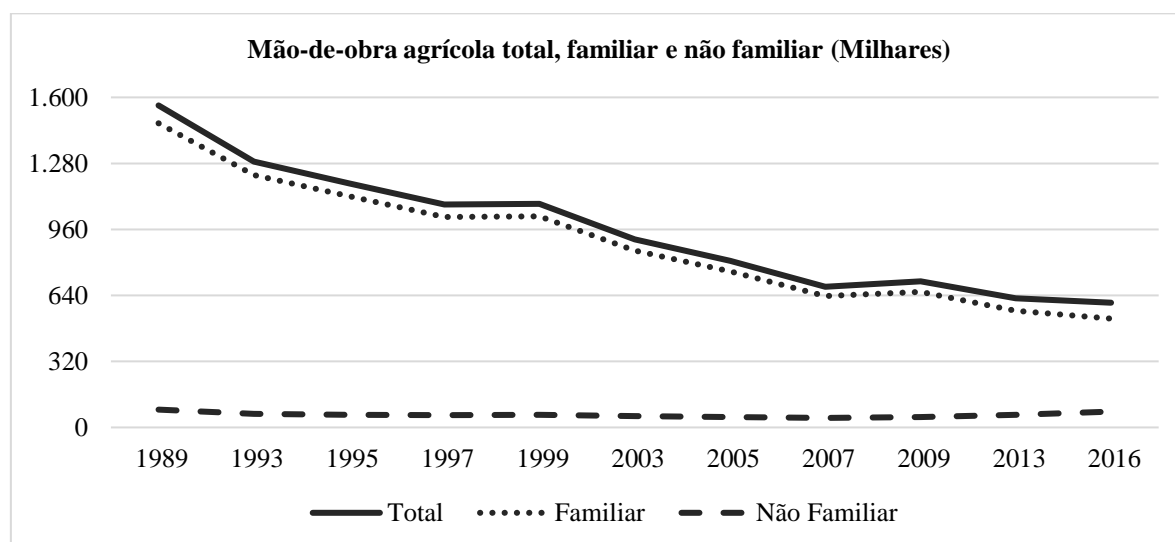


Figura 1 - Evolução da mão-de-obra agrícola total, familiar e não familiar (Milhares) em Portugal ao longo dos anos (Pordata, 2018b).

Esta representatividade da agricultura em Portugal continua a diminuir ano após ano (cf. Fig. 1), no entanto, é importante salientar que, nos últimos anos, verificou-se um aumento da mão-de-obra não familiar (2005 – cerca de 50 milhares, o que corresponde a 6,3% da mão-de-obra agrícola total; 2016 – aproximadamente 77 milhares, ou seja, 12,7% da mão-de-obra agrícola total) neste setor, historicamente dominado pela agricultura familiar (Pordata, 2018b).

Atualmente, em 72% das explorações agrícolas recorre-se a mão-de-obra não familiar (GPP, 2017b), das quais “90% apela a trabalhadores eventuais (60% por via da contratação de serviços a terceiros)” (Baptista & Rolo, 2017, p.30).

As inúmeras contingências que marcam a produção neste setor (como referido anteriormente, são disso exemplo as condições meteorológicas, catástrofes naturais, pragas e doenças, CE, 2017b), pois estas têm uma interferência gigante nas plantações e colheitas, deixando os agricultores, muitas vezes, em situações de extrema vulnerabilidade – a vindima de 2016 produziu 5,84 milhões de hectolitros de vinho, menos 15% que em 2015 (INE, 2017), “devido à ocorrência de acidentes fisiológicos (...), fruto da precipitação intensa na fase da floração, e aos fortes ataques de doenças criptogâmicas, em especial de míldio, cujas infeções se revelaram de muito difícil controlo” (INE, 2017. P. 21). Também a produção de kiwi registou uma diminuição de 27,9% face a 2015, “consequência da falta de frio durante o inverno (que não promoveu a diferenciação floral dos gomos), de uma deficiente polinização e da forte presença nos pomares da bactéria PSA (*Pseudomonas syringae* pv. *actinidiae*)” (INE, 2017, p. 19).

Por outro lado, a produção agrícola depende também das políticas públicas instituídas, podendo estas ter efeitos positivos ou negativos na mesma. Em 2016, Portugal produziu 752 toneladas de amora, 16 972 toneladas de framboesa, 293 toneladas de groselha e 6572 toneladas de mirtilo (INE, 2017) – um aumento na produção superior a 50% face a 2014 (INE, 2017) –, o que é resultado do aumento do investimento do país na produção de frutos vermelhos. Investimento esse fruto das políticas e fundos europeus no âmbito da dinamização das zonas rurais e emprego na agricultura, nomeadamente, o Programa de Desenvolvimento Rural [ProDeR]. O ProDeR é uma política pública, “um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural do continente, para o período 2007-2013, aprovado pela Comissão Europeia, Decisão C(2007) 6159” (Programa de Desenvolvimento Rural [ProDeR], 2012), cujos objetivos foram prolongados até 2020 no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal 2014-2020 [PDR2020] “na sequência da Decisão C(2014) 9896 final, da Comissão Europeia” (Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal 2014-2020 [PDR2020], 2016, p. 30). De salientar ainda, que cerca de 20% dos projetos aprovados em Portugal no âmbito do PDR2020 destinaram-se à produção de frutos vermelhos (PDR2020, 2016), aumentando a procura de mão-de-obra para a colheita destes frutos – que é feita manualmente, de forma a garantir a qualidade e preservação dos mesmos (Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações Agro-

Alimentares [OMAIAA], 2011). Apesar de, em termos absolutos, não se verificar um aumento da população empregada no setor agrícola, “observou-se nos últimos anos, um aumento da importância da agricultura enquanto atividade empregadora” (Domingos, Neves & Marta-Pedroso, 2016, p. 130) e estima-se que o ProDer tenha tido um impacto positivo na criação de emprego (Domingos, Neves & Marta-Pedroso, 2016). Mas terá sido mesmo na criação de emprego ou trabalho? São dois conceitos distintos – o emprego garante aos trabalhadores condições mínimas de trabalho, segurança e saúde, um salário mínimo e proteção socioeconómica que não são abrangidos por todas as formas de trabalho (Kalleberg, 2009).

3. Condições de trabalho e de emprego na agricultura

Em pleno século XXI, e apesar de todos os avanços tecnológicos e sociais, conceitos como pobreza extrema, desigualdade e trabalho precário são ainda bastante atuais,

“(…) mais de 2,2 milhões de pessoas continuam a viver em situação de pobreza multidimensional ou quase. Isso significa que mais de 15 por cento da população mundial permanece vulnerável à pobreza multidimensional. Por outro lado, quase 80 por cento da população global não dispõe de proteção social alargada. Cerca de 12 por cento (842 milhões) padecem de fome crónica, e quase metade dos trabalhadores – mais de 1,5 mil milhões – trabalha em regime de emprego precário ou informal.” (PNUD, 2014, p.3)

Desses 2,2 milhões, cerca de 75% vive em zonas rurais (Banco Mundial, 2016), “onde a mais elevada taxa de prevalência da pobreza se verifica entre os trabalhadores agrícolas. Expostos a ciclos implacáveis de baixa produtividade, desemprego sazonal e baixos salários” (PNUD, 2014, p.3; ILO, 2016; Eurofound, 2017), acrescidos de condições de trabalho pouco seguras e horários imprevisíveis (PNUD, 2015; Eurofound, 2017). A falta de emprego nas zonas rurais e a necessidade de sobrevivência obriga a que muitos trabalhadores aceitem formas atípicas ou informais de trabalho (Eurofound, 2017). Esta situação é bastante comum no trabalho agrícola, caracterizado por uma instabilidade constante e uma precariedade que parecem não ter fim, onde cerca de 18% dos trabalhadores agrícolas da UE referem não estar satisfeitos com as suas condições de trabalho (Eurofound, 2017). O emprego assalariado formal apenas está disponível a um número muito restrito de pessoas, o que implica que grande parte da população seja obrigada a sobreviver com base no trabalho informal ou precário, completamente desprotegida, vulnerável, sem acesso a qualquer tipo de segurança ou estabilidade económica e social (PNUD, 2014; European Parliament, 2017). Os dados

estatísticos europeus demonstram ainda que, nos últimos anos, o número de trabalhadores com contratos atípicos tem aumentado, como é o caso, do regime em *part-time*, do contrato a termo certo e do regime de subcontratação (European Parliament, 2017). Assim como, novas formas de trabalho, também elas “um poço de precariedade”, como é o caso do *on-call work*, em que os trabalhadores são chamados ao serviço em cima da hora e a uma chamada de distância – com as novas tecnologias, os telemóveis e o acesso constante à internet é quase impossível se desligar do trabalho, inclusive para os trabalhadores agrícolas que devido à sazonalidade e imprevisibilidade da atividade são chamados inantecipadamente para irem trabalhar (Eurofound, 2015). Por conseguinte, formas atípicas de contrato de trabalho estão relacionadas com uma maior precariedade (European Parliament, 2017). E, indivíduos em situações de trabalho precário estão mais propensos a ser privados de direitos sociais, tais como, direito à prestação de cuidados médicos, transformando esta realidade num ciclo incansável de precariedade e desigualdade (Organização Internacional do Trabalho [OIT], 2015; European Parliament, 2017). Para quebrar esse ciclo, é fulcral para além da implementação de políticas públicas, a regulação do trabalho no setor, na salvaguarda de proteção “contra a exploração, os riscos de doença, os salários demasiado baixos ou irregulares e os horários de trabalho imprevisíveis ou excessivamente longos” (OIT, 2015, p. 2).

4. Fatores de risco associados à agricultura

A vigilância sobre a segurança e saúde no trabalho (SST) é fundamental na garantia de um trabalho digno. A exposição ao risco refere-se à possibilidade ou a probabilidade de uma pessoa sofrer uma lesão, acidente de trabalho ou prejudicar a sua saúde quando exposta a um perigo. E este está relacionado com o potencial de dano instigado pelo contexto de trabalho (OIT, 2011).

Transformar os locais de trabalho em locais saudáveis e seguros é um desafio interminável, pois em termos práticos é muito difícil garantir que os trabalhadores estão, de facto, abrangidos pelo sistema de proteção de SST (ILO, 2014). Esta dificuldade é ainda maior na economia informal e nas PME's, que têm tendência para a tratar as questões de SST duma forma reativa e não preventiva (Croucher, Stumbitz, Quinlan & Vickers, 2013).

As estimativas da OIT demonstram que, anualmente, morrem mais de 2,3 milhões de pessoas fruto de acidentes de trabalho (350 mil) ou doenças relacionadas com o trabalho (2 milhões) e que, em 2010, além dos acidentes de trabalho mortais, existiram mais 313 milhões que obrigaram, em média, a quatro dias de ausência (ILO, 2014).

Dessas 2,3 milhões de mortes, cerca de 400 a 500 acontecem na agricultura, um dos setores mais perigosos para se trabalhar em todo o mundo (Lundqvist, 2000; CE, 2015) – “ser agricultor não é uma tarefa fácil” (CE, 2015, p. 10). Segundo um estudo sobre segurança e saúde no trabalho levado a cabo em França, apenas dois terços dos acidentes de trabalho são declarados na Segurança Social, sendo esta uma tendência bastante comum no setor agrícola, nas microempresas e nos casos em que o trabalhador está vinculado à empresa por contrato de trabalho temporário (Sirven, Cardebat, & Coupaud, 2017).

Os dados dos últimos anos demonstram que os trabalhadores agrícolas são dos trabalhadores a que mais riscos físicos e ambientais estão expostos (Eurofound, 2017) – “a colheita das árvores de fruto ou das vinhas, a colheita das plantações ou recolha de frutos de plantas rasteiras são todas elas atividades repetitivas que envolvem ações como esticar, dobrar-se e levantar pesos” (CE, 2015, p. 99) – 61% dos trabalhadores agrícolas da UE estão expostos a gestos repetitivos (com as mãos ou braços), 43% a posturas penosas e 32% ao carregamento e deslocamento de cargas pesadas (Eurofound, 2017).

Os dados estatísticos indicam ainda que, em 2015, a percentagem de trabalhadores agrícolas expostos a temperaturas extremas, baixas (53%) e altas (51%), era significativamente superior à média europeia (Eurofound, 2017). Segundo Lundqvist (2000) trabalhar em condições atmosféricas muito quentes expõe os trabalhadores a um risco ainda maior, inclusive a nível cardíaco, pois temperaturas ambientais elevadas obrigam a um esforço extra por parte do coração (Gustafsson, Lundqvist & Lindgren, 1989). E este risco é superior nas mulheres, pois estas são mais sensíveis ao aumento das temperaturas ambientais do que os homens (Gustafsson, Lundqvist & Lindgren, 1989).

O trator é o veículo mais utilizado e importante do setor agrícola – podendo ser utilizado como meio de acesso, forma de tração, transporte de mercadorias, colheitas ou outras atividades agrícolas – mas é também um fator de risco importante, sabendo que até 50% dos acidentes fatais do setor acontecem na utilização deste veículo na atividade (CE, 2015; Montemor, Veloso & Areosa, 2015).

Na agricultura, os trabalhadores estão ainda frequentemente expostos a riscos químicos (Eurofound, 2017), principalmente na aplicação de pesticidas (Lundqvist, 2000;

CE, 2015) – a mistura e carregamento destes “liberta vapores, odores e fumos que causam irritação dos olhos, pele, nariz e garganta. A exposição prolongada a produtos químicos pode resultar em doenças crónicas e problemas de saúde graves” (CE, 2015, p. 99).

Sem esquecer os riscos psicossociais a que estes trabalhadores estão expostos, 59% dos trabalhadores agrícolas na UE referem não ter qualquer poder de voz/decisão no seu local de trabalho, a taxa mais elevada da Europa (Eurofound, 2017). E cerca de 12% dos trabalhadores referem ser avisados com pouca antecedência de que é necessário ir trabalhar, várias vezes ao mês, o que causa impactos incontornáveis na gestão da sua vida pessoal (Eurofound, 2017). Estes trabalhadores não têm um horário prescrito, definido, o seu horário é, de certa forma, “imposto”, pelas condições atmosféricas, pela época do ano e pela necessidade de realização de atividades de sementeira, plantio ou colheita, podendo em muitas situações se estender ao fim-de-semana, enquanto noutras alturas de menor produção podem estar sem trabalho durante dias ou semanas.

As estatísticas demonstram ainda que os trabalhadores mais expostos a riscos profissionais são aqueles que menos se sentem capazes de trabalhar até aos 60 anos (Eurofound, 2017), o que é bastante alarmante, tendo em conta a idade mínima de acesso à reforma está nos 66 anos e 4 meses e, portanto, as pessoas não têm outra alternativa a não ser trabalhar até essa altura, no mínimo. É claro que o trabalhador tem um papel crucial na sua saúde e segurança no trabalho, mas não é o único ator, as empresas, as instituições e os parceiros sociais também têm as suas obrigações e compromissos. Seria fundamental investir no estudo e posterior minimização dos riscos associados a cada posto de trabalho, por forma a evitar qualquer tipo de acidentes ou lesões. O problema é que nos discursos das empresas, “o estado de saúde da maioria dos trabalhadores é satisfatório e as reais patologias, como os grandes acidentes de trabalho, são exceções” (Barros-Duarte & Lacomblez, 2006, p. 82).

Outra questão que deveria ser tida em consideração é a proteção individual e coletiva, não querendo com isto dizer que, se os trabalhadores tiverem acesso a equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva (EPC's), a situação está resolvida e os riscos profissionais não são mais uma preocupação (Duarte, Théry & Ullilen, 2016). Os equipamentos de proteção são isso mesmo, uma proteção, não atuam como eliminação dos riscos e alguns deles são “concebidos para situações de utilização que correspondem muito pouco às realidades das condições de trabalho dos agricultores” (Garrigou, Baldi & Dubuc, 2008, p. 96).

No setor agrícola, estes são alguns dos EPI's aconselhados,

“(...) luvas para proteção das mãos contra substâncias perigosas, superfícies quentes ou frias, picadas, superfícies ásperas ou ferramentas afiadas; (...) sapatos ou botas de segurança (...) para oferecer proteção contra materiais que possam cair, animais que o possam pisar, mordidas de cobra, ervas daninhas, superfícies escorregadias, eletricidade estática, perfuração por objetos afiados, entrada de água; óculos de proteção para proteger os olhos de vapores e partículas que se libertam (...); protetores e tampões de ouvidos para proteger a audição da exposição a níveis elevados de ruído emitidos por algumas máquinas, tais como motosserras, ou por animais, tais como suínos, quando alojados; (...) proteção para o rosto, a utilizar em trabalhos de mistura, pulverização ou aplicação de produtos químicos (...)” (CE, 2015, pp. 46-47),

Também é importante referir que cerca de 12% dos trabalhadores agrícolas nem sempre usam equipamentos de proteção individual porque é desconfortável, não têm EPI's disponíveis, o trabalho tem de ser feito rapidamente, ou estão mal informados (Eurofound, 2017), o que demonstra como a utilização destes equipamentos, em muitas situações, está associada a “dificuldades e inconvenientes que interferem no desenvolvimento das suas atividades” (Duarte, Théry & Ullilen, 2016, p. 10).

Muitas são as medidas que poderiam ser utilizadas na minimização dos riscos profissionais, a existência de comissões de segurança e saúde no trabalho que protegesse os trabalhadores seria uma delas, no entanto, em Portugal, apenas 31% dos trabalhadores reporta a existência de uma delegação ou comité de SST no seu local de trabalho (Eurofound, 2017).

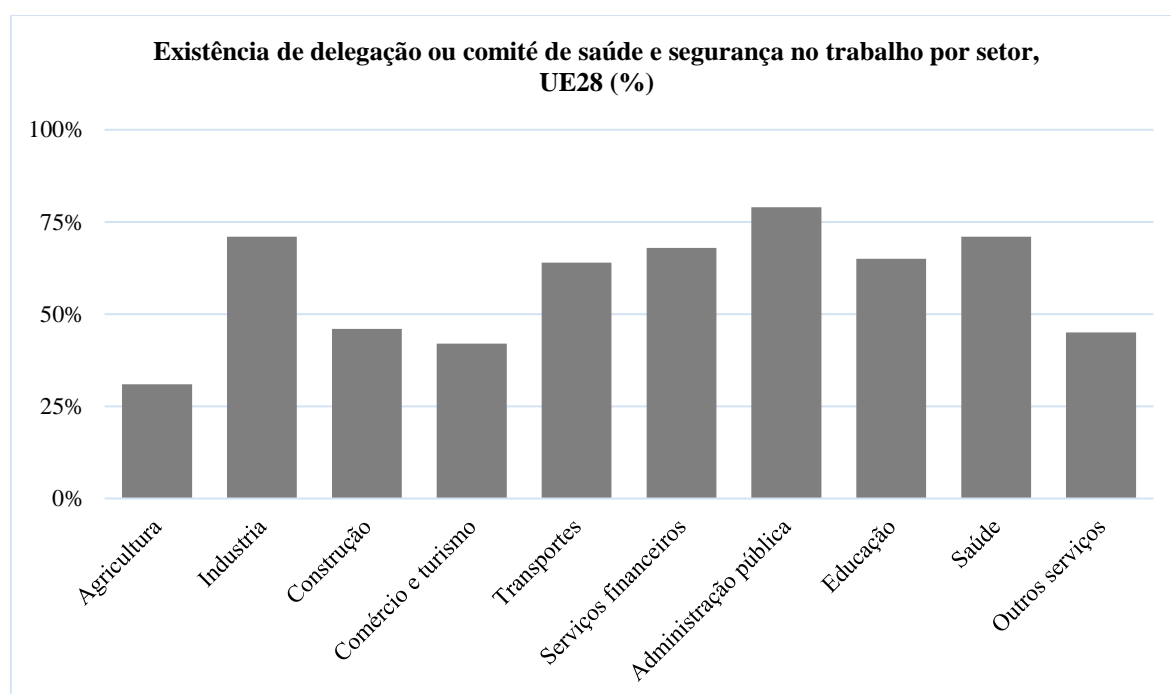


Figura 2 - Percentagem de trabalhadores que referem a existência de uma delegação ou comité de saúde e segurança no trabalho por setor, na UE28 (Eurofound, 2017).

A nível europeu, a média é superior (58%), mas no setor agrícola apenas 31% dos trabalhadores referem ter acesso a uma delegação ou comité de SST (cf. Fig. 2) – o setor de atividade, em contexto europeu, que menos acesso reporta a participação (e acompanhamento) em serviços de SST no seu local de trabalho (Eurofound, 2017).

5. Saúde no trabalho no setor da agricultura

Os problemas de saúde provocados pelo trabalho, por norma, “desenvolvem-se progressivamente, são difíceis de identificar, difíceis de relacionar com a causa e, não estão, muitas vezes, oficialmente diagnosticados” (CE, 2015, p. 38), porque os diagnósticos mais comuns, as doenças reconhecidas como doenças profissionais não abrangem totalmente o impacto negativo que o trabalho tem na saúde dos trabalhadores. Há um leque enorme de queixas, dores e sofrimentos que o trabalhador ora não exprime, ora exprime sem que sejam tidos em consideração (Barros-Duarte & Lacomblez, 2006). Segundo as estatísticas europeias, “os trabalhadores agrícolas e aqueles que trabalham em atividades mais elementares reportam uma maior incidência de má saúde” (Eurofound, 2017, p. 109, tradução livre). Este fenómeno deve-se ao facto destes trabalhadores serem aqueles que estão sujeitos a piores condições de trabalho, a uma maior precariedade, insegurança e vulnerabilidade socioeconómica (Eurofound, 2017). Mas muitas empresas não têm qualquer interesse em reconhecer doenças profissionais ou as queixas dos trabalhadores, sinais importantes de alerta (Molinié, 2010), como válidas, porque isso implicaria necessariamente mudar e assumir abertamente as más condições de trabalho a que sujeitam os trabalhadores e o impacto negativo que o mesmo tem na saúde de quem o realiza.

As doenças musculoesqueléticas são das mais presentes no setor agrícola, incluindo dores na zona lombar, distensões e entorses na coluna vertebral, pernas, mãos, ombros e pescoço (CE, 2015) – os trabalhadores agrícolas são os que mais afirmam sofrer de dores nas costas (57%), comparativamente com os trabalhadores de outros setores (Eurofound, 2017); o mesmo acontece com as queixas de dores nos membros superiores (55%) e inferiores (46%) (Eurofound, 2017). Estes problemas de saúde estão relacionados com tarefas como, “esticar-se ao colher fruta, dobrar-se para plantar, remover ervas daninhas e colher plantas rasteiras, levantar e transportar pesos pesados” (CE, 2015, p. 41).

A exposição a temperaturas extremas “ao trabalhar no campo pode resultar em hipotermia, queimaduras provocadas pelo frio, insolação, golpe de calor, desidratação e cancro da pele” (CE, 2015, p. 42). Também as “infecções cutâneas são muito comuns na agricultura e na silvicultura. O contacto contínuo com agentes biológicos, terra, (...) pesticidas, fertilizantes e adubo (...) podem resultar em infeções, inchaços, cicatrizes e no desenvolvimento de fungos” CE, 2015, p. 42).

Também as poeiras são um grande causador de problemas de saúde – a inalação contínua e permanente de poeira orgânica pode causar uma série de doenças pulmonares; os trabalhadores agrícolas têm uma taxa de mortalidade por doenças pulmonares superior à da população em geral (Lundqvist, 2000).

Estes trabalhadores evidenciam ainda outros tipos de problemas de saúde, tais como, fadiga generalizada, problemas de sono (acima da média europeia) (Eurofound, 2017) e, muitos outros que ficam por identificar ou relacionar com a atividade de trabalho, pois nem sempre o impacto do trabalho na saúde é visível, observável e imediato, muitas vezes ele é identificado apenas a longo prazo ou nem chega a ser de todo (Barros-Duarte & Lacomblez, 2006).

Estudo Empírico

1. Metodologia

A metodologia privilegiada no âmbito deste trabalho articulou uma abordagem quantitativa e uma abordagem qualitativa, procurando contextualizar os dados com base em diferentes fontes, porque o objetivo desta investigação é compreender as especificidades do trabalho sazonal agrícola e suas implicações na saúde dos trabalhadores, acedendo ao real da sua atividade e às suas perceções, difíceis de descobrir com o uso exclusivo de métodos quantitativos (Strauss & Corbin, 1990). E os objetivos específicos consagram-se na caracterização do trabalhador agrícola sazonal, que é contratado à tarefa; no apuramento das condições de trabalho reais experienciadas por estes trabalhadores; na identificação dos múltiplos fatores de risco a que estes estão sujeitos e consequentes problemas de saúde associados; e, por último, na comparação com os dados oficiais nacionais e europeus, e compreensão do impacto das políticas públicas na vida destes trabalhadores.

No âmbito da abordagem qualitativa do estudo, foram realizadas observações de campo participantes com o registo de verbalizações de 24 trabalhadores agrícolas, tendo em vista a compreensão da sua atividade de trabalho, das condições e os riscos a que estavam expostos.

A abordagem de cariz quantitativo previu a aplicação acompanhada do Inquérito de Saúde e Trabalho, na sua versão mais recente (INSAT 2016), junto de 31 trabalhadores da agricultura.

1.1. Participantes

A amostra foi selecionada com base num processo de amostragem não probabilístico, inicialmente por conveniência (participantes conhecidos do investigador) e, numa fase posterior, por *snowball* (participantes referenciados pelos selecionados anteriormente). A utilização destas técnicas de amostragem teve como justificação o facto de se tratar de uma população de difícil acesso com características muito peculiares – trabalhadores agrícolas contratados ocasionalmente (por empregadores financiados pelas medidas de apoio ao emprego jovem e desenvolvimento rural no âmbito dos projetos ProDer e PDR2020) para realizarem tarefas muito específicas, de acordo com as necessidades das explorações

agrícolas e sazonalidade associada ao setor, como por exemplo, apanhar mirtilos, framboesas, amoras, kiwis, ou tirar rebentos das árvores de fruto, podar as videiras, etc.

No primeiro contacto com cada participante foi entregue uma declaração de consentimento informado (Anexo 1 – Declaração de consentimento informado), tendo sido explicitados os objetivos da investigação, o âmbito da utilização dos dados recolhidos e a garantia de anonimato dos mesmos.

O estudo envolveu três fases de recolha de dados, com um número variável de participantes.

Numa fase inicial da investigação foram realizadas observações da atividade em contexto real de trabalho, algumas das quais “observações participantes”, com registo de verbalizações (Rabardel, 1998) de seis participantes do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 25 e os 59, com o objetivo de compreender a dinâmica do trabalho, a linguagem utilizada e as perceções dos trabalhadores relativamente às especificidades, exigências e constrangimentos da sua atividade de trabalho.

Tabela 1 - Caracterização da amostra (INSAT 2016).

Número de participantes	Sexo		Idade (anos)			
	Feminino	Masculino	Média	Desvio padrão	Mínima	Máxima
31	20	11	42.8	13.7	18	67

Posteriormente, foi aplicado o Inquérito Saúde e Trabalho (INSAT 2016) junto de 31 participantes, 20 do sexo feminino e 11 do sexo masculino, com média de idades de 42,8 anos (DP=13,7), sendo a idade mínima de 18 anos e a máxima de 67 anos (Tabela 1).

A terceira, e última fase do estudo, foi consagrada à realização de novas observações no terreno, com registo de verbalizações, onde intervieram 18 participantes, 14 do sexo feminino e 4 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 67 anos, com o objetivo de melhor significar os dados quantitativos recolhidos com recurso ao INSAT2016, e poder visualizar confrontar e enriquecer os resultados de ambas as fontes.

1.2. Instrumentos

Inicialmente, foi construída uma grelha de análise da atividade de trabalho na agricultura (Anexo 2 – “A atividade de trabalho na agricultura”) com o objetivo de recolher informações nas observações de campo, que permitissem uma caracterização do tipo de cultura prevista, da atividade concreta/específica em análise, das condicionantes e

constrangimentos a que os trabalhadores estavam sujeitos e, por último, das características de emprego dos mesmos. No entanto, na aplicação teste desta grelha verificou-se que os pontos em análise e a forma como estava organizada não eram os mais adequados e, portanto, foi reformulada, dando origem a duas grelhas distintas: uma para a recolha de informações e verbalizações que retratassem as perceções dos trabalhadores (Anexo 3 – “As perceções da atividade de trabalho dos trabalhadores agrícolas retratadas nas suas próprias verbalizações”), e uma segunda orientada para os momentos de observação focados naquilo que era visível ao investigador (Anexo 4 – “O olhar do investigador na observação da atividade de trabalho dos trabalhadores agrícolas”).

A grelha focalizada nas perceções dos trabalhadores (Anexo 3) foi construída com base nas informações/verbalizações que seria importante recolher além daquelas que o investigador seria capaz de obter nas observações, nomeadamente, para que tipo de tarefas estes trabalhadores eram contratados, qual era o produto agrícola a trabalhar, quais eram as exigências e os constrangimentos físicos e psicológicos percecionados por eles como subjacentes à atividade e, por último, que normas de produção e qualidade estavam obrigados a cumprir.

Relativamente à grelha de informações recolhidas pelo “olhar” do investigador (Anexo 4), esta foi desenvolvida com o objetivo de registar as observações do investigador, categorizando-as nos seguintes parâmetros de análise: constrangimentos observados, repetições de movimentos, posições adotadas pelos trabalhadores, meios e EPI’s disponíveis.

São duas grelhas de observação, mas uma traduz as observações dos participantes – aquilo para que os participantes “chamam a atenção do investigador”, aquando da recolha de dados em contexto real (Anexo 3); e a outra corresponde a uma grelha de observação, diremos mais “tradicional”, que traduz o registo efetuado pelo investigador, à medida que ia “construindo o seu olhar” sobre a situação em análise (Anexo 4).

Na recolha de dados, ao nível quantitativo, foi utilizado o INSAT 2016, com o objetivo de “estudar as consequências do trabalho e das condições de trabalho, atuais e passadas, ao nível da saúde e do bem-estar” (Barros-Duarte, Cunha & Lacomblez, 2007, p.57). Este inquérito permite a recolha de dados sobre o ponto de vista dos trabalhadores acerca das especificidades e características da sua atividade de trabalho, das condições e fatores de risco a que percecionam estar expostos, do estado da sua saúde e do impacto que o seu trabalho tem na sua saúde, seguindo “uma lógica coerente e integradora – do trabalho aos efeitos do

trabalho na saúde – permitindo, a quem responde, uma tomada de consciência gradual e progressiva das consequências do trabalho na saúde e bem-estar” (Barros-Duarte, Cunha & Lacomblez, 2007, p.58). Em termos de estrutura, é constituído por um primeiro grupo de questões relacionadas com os dados sociodemográficos dos trabalhadores e, posteriormente, dividido de acordo com as seguintes temáticas: (I) O trabalho; (II) Condições de trabalho e fatores de risco; (III) Condições de vida fora do trabalho; (IV) Formação e trabalho; (V) Saúde e trabalho; (VI) A minha saúde e o meu trabalho e (VII) A minha saúde e o meu bem-estar.

Quanto à análise dos dados, numa fase inicial foi realizada a análise dos dados quantitativos com o recurso ao *software* de análise SPSS *statistics* 25, um programa informático de estatística aplicada às Ciências Sociais. E numa fase posterior, a integração e confronto dos resultados quantitativos obtidos com os dados qualitativos recolhidos, utilizando as verbalizações dos trabalhadores e os registos das observações como forma de concretização/ilustração dos dados estatísticos.

1.3. Procedimentos de recolha e de análise dos dados

Num primeiro momento de desenvolvimento da investigação no terreno, foi definida a amostra por conveniência, feito o contacto com os trabalhadores e entregue as declarações de os consentimentos informados. De seguida foi realizada uma aplicação “teste”, em contexto real, da grelha de análise da atividade de trabalho na agricultura previamente concebida (Anexo 2) com uma trabalhadora do sexo feminino. Como na aplicação teste desta grelha se observou a inadequação de alguns pontos abordados e forma de organização, foram desenvolvidas duas novas grelhas (Anexos 3 e 4) e testadas novamente em contexto real de trabalho. A utilização destas duas grelhas foi fundamental para uma recolha e categorização de informações e verbalizações (ver exemplo de uma grelha preenchida cf. Anexo 5).

Com o objetivo de aceder ao ponto de vista de um maior número de trabalhadores, como contributo para a definição de um “retrato” do que é o trabalho sazonal na agricultura, no contexto da atividade em diferentes explorações agrícolas, foi pedida autorização às autoras do INSAT 2016 para a utilização do mesmo, que foi prontamente consentida, após o cumprimento dos critérios por elas definidos para a sua utilização. Foi, então, aplicado o INSAT 2016 aos 31 participantes, de forma individual e acompanhada, e realizadas novas observações de campo com recurso às grelhas desenvolvidas, complementadas com algumas fotografias dos participantes em atividade, nomeadamente, na apanha de mirtilos. Estas

fotografias foram tiradas com autorização dos participantes, e com o objetivo de colocar em evidência uma ação concreta e apreender as exigências que lhe estão intrínsecas, num determinado espaço e momento precisos (Rabardel 1998).

Relativamente aos procedimentos de análise de dados, foi efetuada a análise estatística dos dados recolhidos com o INSAT, através do SPSS *statistics 25*, e categorizados tematicamente os dados qualitativos recolhidos, com um enfoque particular nas verbalizações, que contribuíram sumamente para contextualizar e melhor compreender os resultados quantitativos. A apresentação e discussão dos resultados, apresentados em seguida, seguem precisamente esta lógica de articulação dos dados provenientes da análise da atividade em contexto real (apresentação do registo de observações pelo investigador e do registo das verbalizações dos trabalhadores) com os dados do inquérito usado neste âmbito (dados quantitativos).

2. Apresentação e discussão dos resultados

O trabalho agrícola nas zonas rurais esconde uma realidade de trabalho precária, vulnerável, informal e sazonal, onde os trabalhadores são não qualificados, contratados à tarefa e por chamada, sem qualquer contrato formal de trabalho, para fazer face às necessidades das produções agrícolas.

As estatísticas oficiais focam outras realidades do setor agrícola, nomeadamente, os produtores singulares e a agricultura familiar, que apesar de semelhantes em termos de atividade de trabalho correspondem a uma realidade diferenciada. O aparecimento deste tipo de atividade de trabalho, ainda mais precária, não é recente, mas têm-se evidenciado devido às políticas europeias de apoio aos jovens agrícolas implementadas em Portugal – como é o caso da PDR2020. Graças a estas medidas, a produção nacional de frutos vermelhos teve um aumento de produção superior a 50%, de 2014 para 2016 (INE, 2017), mas para tal, foi necessário contratar mão-de-obra.

Os resultados do nosso estudo permitem dar visibilidade à outra face dos discursos políticos em prol de “uma nova geração de agricultores”. Mostram não a realidade dos novos proprietários agrícolas, mais qualificados, que se dedicam à exploração de frutos vermelhos, mas os trabalhadores que exercem atividade nestes contextos, estando esta realidade frequentemente ausente daqueles discursos.

2.1. Caracterização dos participantes

Contrariamente ao que os dados estatísticos nacionais e europeus indicam – onde cerca de 35% dos agricultores são mulheres e 65% são homens (Eurofound, 2017) –, existe uma predominância do sexo feminino nos trabalhadores agrícolas participantes deste estudo (64.5% contra 35.5% do sexo masculino). Tais resultados, podem estar relacionados com o facto de a maioria das estatísticas nacionais e europeias se focarem nos produtores agrícolas singulares, nos agricultores qualificados e nos trabalhadores da agricultura familiar, e não na realidade daqueles que são “meros” trabalhadores agrícolas contratados à tarefa. Para além disso, como estas tarefas envolvem, *grosso modo*, a apanha de frutos, que requer cuidados acrescidos, para evitar a deformação do fruto e aumento de “quebras” de produção, é assumido estereotipadamente que estas tarefas são mais “tipicamente femininas” (Castelhano & Nogueira, 2011).

Tabela 2 - Distribuição dos participantes por grupos etários.

Grupo etário	Número de participantes	Percentagem
[16-29]	7	22.6%
[30-39]	3	9.7%
[40-49]	11	35.5%
[50-59]	8	25.8%
[60-69]	2	6.5%

Relativamente à idade, apesar da média de idades ser de 42 anos, cerca de 68% da amostra tem uma idade superior a 40 anos e 32,3% uma idade superior a 50, o que demonstra a prevalência de pessoas com idade mais avançada (Tabela 2), como indicam os dados nacionais e europeus sobre a estrutura etária no setor. Não deixa, contudo, de ser paradoxal observar estes dados no nosso caso concreto de estudo: falamos de uma política de apoio e incentivo aos jovens na agricultura que emprega maioritariamente pessoas com mais de 40 anos, o que acaba por atrair um ou outro jovem para a gestão agrícola, mas “mantém” os mais velhos “no fazer”.

Os trabalhadores agrícolas participantes neste estudo foram seleccionados com base em critérios como: o facto de trabalharem para empregadores que tivessem apoio financeiro dos fundos europeus no âmbito dos projetos ProDer e PDR2020, projetos europeus implementados em Portugal que visavam a promoção do desenvolvimento rural e do “emprego jovem” na agricultura.

Tabela 3 - Distribuição dos participantes por nível de escolaridade.

Nível de escolaridade	Número de participantes	Percentagem
1º Ciclo	6	22.6%
2º Ciclo	9	29.0%
3º Ciclo	11	35.5%
Ensino secundário	4	12.9%
Licenciatura	1	3.2%

Relativamente ao nível de escolaridade, cerca de 87% da amostra possuía apenas o ensino básico – sendo que 22,6% tinham o 4ºano de escolaridade, 29% o 6ºano e 35,5% o 9ºano – e só uma pessoa, o correspondente a 3,2% da amostra, possuía licenciatura (Tabela 3). Estatísticas estas ainda mais alarmantes do que as nacionais – a percentagem de trabalhadores agrícolas que apenas possui o ensino básico é cerca de 27% superior à média portuguesa (Pordata, 2018a).

Tabela 4 - Divisão da amostra por antiguidade.

Antiguidade (anos)	Número de participantes	Percentagem
[0-1[4	12.9%
[1-5]	22	71.0%
[6-10]	2	6.5%
+11	3	9.7%

Em relação à antiguidade da amostra, a maioria dos participantes trabalha no setor agrícola há mais de um ano e há menos de cinco, mais especificamente, 71% da amostra (Tabela 4).

Tabela 5 - Distribuição dos participantes por antiguidade no trabalho agrícola.

Ano	Número de participantes	Percentagem
<2013	6	22.6%
≥2013	25	77.4%

E, portanto, cerca de 77% dos participantes iniciou a sua atividade de trabalho neste setor em 2013, ou nos anos subsequentes a este (Tabela 5) – época coincidente com a instalação dos programas ProDer (2007-2013) e PDR2020 (2014-2020) em Portugal e, consequentemente, com o aumento da produção de frutos vermelhos (PDR2020, 2016),

resultante da aprovação de projetos neste âmbito dedicados à produção destes frutos (20% do total de projetos aprovados no âmbito do PDR2020 destinaram-se à produção de frutos vermelhos).

Tabela 6 - Caracterização da situação de emprego da amostra.

Situação de emprego/trabalho		Exercício de funções em várias produções agrícolas (diferentes proprietários)		Profissão (CPP2010)	
		Sim	Não	Diretor de produção na agricultura	Trabalhador não qualificado da agricultura
Formal	Informal				
7	24	20	11	1	30

A atividade profissional informal é claramente predominante, abrangendo mais de 75% dos participantes (Tabela 6), o que, mais uma vez, demonstra que esta é uma realidade pouco retratada, esquecida ou apagada das estatísticas e relatórios europeus. Estas pessoas trabalham numa situação de evidente precariedade e vulnerabilidade, completamente desprotegidos (PNUD, 2014; European Parliament, 2017).

Tabela 7 - Caracterização da atividade de trabalho da amostra (continuação).

Caracterização da atividade de trabalho principal			Situação laboral		
Por conta de outrem	Independente s/ empregados	Independente c/ empregados	Efetivo	Trabalho temporário	Trabalho sazonal
29	1	1	4	3	24

Também o exercício de funções em várias produções agrícolas, com diferentes proprietários, é predominante, representando cerca de 65% da amostra (Tabela 6): os baixos salários, a instabilidade e sazonalidade associados a esta atividade – 24 dos participantes, o que corresponde a 77,4% da amostra, refere o trabalho sazonal como característico da sua situação laboral (Tabela 7) –, obrigam os trabalhadores a trabalhar em vários contextos agrícolas ao mesmo tempo.

Não obstante, o carácter sazonal desta atividade é singular se comparado com outras atividades de trabalho (por exemplo, na restauração): é marcadamente irregular, complexa, e determinada por diferentes fatores, por exemplo, na mesma semana um trabalhador pode ir trabalhar para duas ou três explorações agrícolas diferentes, e nelas realizar também diferentes tarefas, e não “ser chamado” para trabalhar durante um mês ou mais.

A figura (cf. Fig. 3) que a seguir se apresenta, por nós construída, corresponde à tentativa de definição de um cronograma de tarefas para que os trabalhadores da amostra podem ser chamados, ao longo de um ano.

Fruto associado	Tarefas	Meses do Ano											
		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Uva	Plantar												
	Vindimar												
	Podar												
Kiwi	Plantar												
	Apanhar												
	Podar												
Amora	Plantar												
	Apanhar												
Mirtilo	Plantar												
	Apanhar												
Groselha	Plantar												
	Apanhar												
Framboesa	Plantar												
	Apanhar												
	Tirar os Rebentos												
	Estrumar												

Figura 3 - Cronograma de tarefas agrícolas “prescritas” ao longo do ano.

Neste cronograma, identifica-se os frutos com que lidam estes trabalhadores e as tarefas intrínsecas à sua produção, tendo em conta a experiência e conhecimento do seu cultivo em Portugal, na região analisada. É de salientar que, apesar deste cronograma parecer traduzir uma atividade de trabalho contínua ao longo do ano, na realidade a atividade destes

trabalhadores é comumente interrompida pelas razões já identificadas, e variável de ano para ano – por exemplo, nem todos os anos é possível ou necessário plantar árvores de fruto. Os arbustos do mirtilo, nomeadamente, duram cerca de 25 a 30 anos e o mirtilo só entra em produção comercial no quarto ano após a plantação e, portanto, a plantação destes não é feita anualmente, mas sensivelmente a cada quatro anos.

2.2. Caracterização dos riscos do trabalho associados à agricultura

Os riscos do trabalho associados à agricultura são múltiplos e podem ser categorizados, apesar de estarem sempre em interação em contexto real de trabalho, como fatores físicos de risco (Tabela 8), fatores de risco do ambiente local de trabalho (tabela 9), fatores toxicológicos de risco (Tabela 10) e fatores psicossociais de risco (Tabela 11). É importante, de facto, salientar que esta divisão não é linear e que em determinadas circunstâncias o mesmo risco pode assumir várias formas. No entanto, para uma melhor compreensão dos riscos identificados nesta atividade, estes serão apresentados divididos e associados a verbalizações contextualizadas nas observações realizadas.

Os riscos apresentados são aqueles que evidenciam uma presença mais significativa no dia-a-dia destes trabalhadores, ou seja, aqueles em que, pelo menos 40% dos participantes, os reportaram como fator de risco presente na sua atividade de trabalho, à exceção de dois fatores de risco, associados aos instrumentos de trabalho, e que foram especificamente explicitados pelos participantes – o trabalho com trator e tesouras, que são aqui singularmente apresentados pela riqueza da informação qualitativa que lhe está associada.

Tabela 8 - Fatores físicos de risco.

Fator de risco (INSAT 2016)	Percentagem	Verbalizações dos trabalhadores e registros de observação do investigador
Gestos repetitivos	87.1%	<i>“É cortar as uvas, encher os cestos, acartá-los, encher a camionete e é sempre a mesma coisa.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 56 anos)
		Como estes trabalhadores são contratados à tarefa, todo o seu dia é repleto de gestos repetitivos. Se foram contratados para vindimar, o seu dia é passado a cortar cachos de uvas, deitá-las nos cestos, até que estes fiquem cheios, depois acartar os cestos para as carrinhas, até que estas fiquem cheias. Se forem contratados para apanhar mirtilos, então o seu dia é passado a apanhar mirtilos, deitá-los nas cuvetes e encher o máximo de cuvetes possível. Todas as tarefas se resumem a uma série de gestos repetitivos.
Gestos precisos e minuciosos	80.6%	<i>“A apanha de frutos vermelhos não é um trabalho muito duro, pesado, mas é preciso andar com muita atenção para apanhar o produto mais indicado. (...) e só se pode apanhar com dois dedos para não estragar o fruto.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 58 anos)
		<i>“Tem de se ter muito cuidado, a apanha da framboesa é um trabalho muito minucioso.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 42 anos)
Posturas penosas	90.3%	Grande parte dos frutos que estes trabalhadores apanham são para exportação e o preço a que são vendidos depende do seu estado de conservação, por isso, há uma grande pressão para que os frutos estejam perfeitos.
		Para que as framboeseiras continuem a dar boas framboesas é necessário arrancar os rebentos que vão crescendo nas suas redondezas. As framboeseiras são cultivadas em vasos colocados no chão em fileiras e, portanto, para conseguir arrancar os rebentos até à raiz, os trabalhadores precisam de andar continuamente derreados.
Esforços físicos intensos	80.6%	<i>“Tirar os rebentos das framboesas é aterrorizante! Tínhamos de cortar debaixo da terra se não rebentava logo outra vez. Aquilo é terrível, dos trabalhos que menos gostei. É pior do que espalhar estrume. Tinha de andar sempre derreada. Pelo menos, no estrume, ainda podemos levantar as costas para cima.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 56 anos)
		<i>“Uma pessoa apanha o kiwi para sacos de 25kg que estão presos ao nosso pescoço. Vai andando e apanhando.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 58 anos)
Permanecer muito tempo de pé em deslocamento	87.1%	De forma a reduzir o tempo que os trabalhadores demoram a colocar o kiwi no saco e voltam a apanhar outro kiwi, utilizam um saco preso ao pescoço, assim, vão deitando os kiwis no saco sem terem de se baixar ou virar.
		<i>“O estrume era muito ruim de acartar, porque era muito pesado e tínhamos de deitar para o trator com uma pá.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 56 anos)
		Os trabalhadores têm de apanhar o estrume com a pá, deslocar-se até ao trator, deitar o estrume no trator, voltar a apanhar mais estrume, deitar no trator e assim, sucessivamente, até o trator estar cheio.

Os dados dos últimos anos demonstram que os trabalhadores agrícolas são dos trabalhadores a que mais riscos físicos e ambientais estão expostos (Eurofound, 2017), estes dados são congruentes com os resultados obtidos nesta investigação, onde cerca de 87% dos participantes afirmou estar exposto a gestos repetitivos, 80,6% a gestos minuciosos e precisos, 90,3% a posturas penosas (cf. Fig. 4), 80,6% a esforços físicos intensos, e 87,1% a permanecer muito tempo de pé.



Figura 4 - Posturas penosas adotadas por quatro trabalhadores agrícolas na apanha de mirtilos (fotografias tiradas nas observações de campo).

Na Europa, as percentagens entre os trabalhadores agrícolas são inferiores – 61% destes trabalhadores está exposto a gestos repetitivos (com as mãos ou braços), 43% a posturas penosas e 32% ao carregamento e deslocamento de cargas pesadas (Eurofound, 2017).



Figura 5 - Sequência de gestos realizados e posições adotadas por uma trabalhadora agrícola na apanha de mirtilos – que envolve ações como baixar-se ao nível dos mirtilos, esticar os braços, escolher os mirtilos no ponto de maturação perfeito, puxar os mirtilos.

As múltiplas tarefas que o trabalhador agrícola executa, como a colheita das árvores de fruto, vinhas e plantações ou a recolha de frutos de plantas rasteiras, são praticamente todas exemplos de atividades repetitivas (cf. Fig. 5), que envolvem ações como esticar, dobrar-se e/ou levantar pesos.

Tabela 9 - Fatores de risco do ambiente local de trabalho.

Fator de risco (INSAT 2016)	Percentagem	Verbalizações dos trabalhadores e registos de observação do investigador
Ruído nocivo ou incómodo	45.2%	Nas plantações de mirtilos são utilizados dispositivos sonoros para afastar os pássaros, pois os danos causados pelos mesmos têm repercussões económicas muito significativas. “ <i>Umas coisas que eles usavam para afastar os pássaros.</i> ” (trabalhadora do sexo feminino, 20 anos) “ <i>Aquilo irritava mesmo, parecia alarmes.</i> ” (trabalhadora do sexo feminino, 42 anos)
Calor ou frio intenso	93.5%	Nesta atividade, começa-se a trabalhar muito cedo, por volta das 6h da manhã. “ <i>De manhã era muito húmido e depois era muito calor. De manhã cedo as mãos congelavam e depois transpirávamos por todo o lado.</i> ” (trabalhadora do sexo feminino, 20 anos)
Poeiras ou gases	80.6%	“ <i>Andamos na terra, temos sempre de levar com o pó.</i> ” (trabalhadora do sexo feminino, 56 anos) Esta atividade de trabalho realiza-se fundamentalmente no campo, por isso apanhar com pó é inevitável.
Trator	6.5%	“ <i>Muitas vezes apanhamos o kiwi em cima do trator, é mesmo perigoso, podemos cair.</i> ” (trabalhadora do sexo feminino, 58 anos) Porque os kiwis estão posicionados numa posição elevada, o trator funciona como uma espécie de escada. É também uma forma de não se perder tempo.
Outras situações perigosas		“ <i>Na poda dos kiwis custava andar com as tesouras pesadonas e viradas para cima. Faz doer o pescoço.</i> ” (trabalhadora do sexo feminino, 25 anos) “ <i>Os troncos são muito grossos e é muito difícil de cortar e as tesouras são muito pesadas, custa muito.</i> ” (trabalhadora do sexo feminino, 56 anos)
Tesouras	3.2%	Como os kiwis estão numa posição muita alta e os troncos são muito grossos, são necessárias tesouras de grande dimensão. Assim, os trabalhadores são capazes de os alcançar sem o auxílio de uma escada e de os cortar sem a ajuda de outra pessoa.

Cerca de 95% da amostra relata a exposição ao calor ou frio intenso como um dos fatores de risco presentes na sua atividade de trabalho, valores significativamente superiores às estatísticas europeias, em que a percentagem de trabalhadores agrícolas expostos a baixas temperaturas era de 53% e a altas de 51% (Eurofound, 2017). Aparentemente, a exposição a temperaturas extremas pode parecer banal, mas a verdade é que pode ter um impacto muito significativo na saúde do trabalhador, podendo resultar em hipotermia, queimaduras provocadas pelo frio, insolação, desidratação ou cancro da pele (CE, 2015), e no caso de temperaturas ambientais elevadas obrigar ainda a um esforço cardíaco extra (Gustafsson, Lundqvist & Lindgren, 1989), o que pode ter repercussões graves a longo prazo. No dia-a-dia, mesmo não se tratando de uma situação de patologia, é de não esquecer o incómodo e desconforto que pode causar no trabalhador – “(...) *de manhã cedo as mãos congelavam, e depois transpirávamos por todo o lado.*” (trabalhadora do sexo feminino, 20 anos).

A exposição a poeiras é outro dos riscos ambientais muito presente nesta atividade de trabalho, muito pela própria inerência das tarefas que, de uma forma ou de outra, estão sempre associadas ao contacto com a terra e a outros agentes libertadores de poeiras e gases. Não querendo com isto dizer que seja aceitável a exposição a este risco. Os empregadores deveriam ter a preocupação e tentar reduzir ao máximo a exposição dos trabalhadores a este fator de risco, pois a inalação contínua e permanente de poeira orgânica pode causar uma série de doenças pulmonares, causadoras de morte nos trabalhadores agrícolas (Lundqvist, 2000).

Existem situações perigosas que em muitas circunstâncias são específicas daquela atividade ou local de trabalho, como é o caso da utilização de tratores, os veículos mais utilizados e importantes do setor agrícola, mas também considerados os de maior risco (CE, 2015; Montemor, Veloso & Areosa, 2015). Neste caso (Tabela 9), o trator é utilizado como meio de acesso aos kiwis, que estão posicionados a uma distância significativa do chão. São, na situação concreta analisada, utilizados como uma espécie de escada andante, aumentando o ritmo de produção e, simultaneamente, triplamente o risco – o facto de haver a possibilidade de queda e consequente esmagamento, o facto de aumentar/condicionar o ritmo de trabalho à velocidade de andamento do trator e, o facto de causar um medo constante de se sofrer uma lesão, como foi verbalizado pelos trabalhadores – “*Muitas vezes apanhamos o kiwi em cima do trator, é mesmo perigoso, podemos cair.*” (trabalhadora do sexo feminino, 58 anos). Esta situação é reveladora de que nem sempre faz sentido dividirmos os riscos em vários tipos, porque na realidade eles intervêm em contínuo na

atividade e podem, na realidade, constituir fontes diferenciadas de risco que dependendo das variáveis envolventes podem até representar múltiplos riscos num só.

Tabela 10 - Fatores toxicológicos de risco.

Fator de risco (INSAT 2016)	Percentagem	Verbalizações dos trabalhadores e registos de observação do investigador
Produtos químicos	45.2%	<p><i>“Nas vindimas encontrávamos restos de enxofre, sulfato e de outros produtos. Se não chover, a uva não é lavada.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 58 anos)</p> <p>As vindimas começam quando as uvas estão na sua maturação perfeita, quer tenha chovido ou não. Portanto, se não chover antes das vindimas começarem, os trabalhadores vão estar, inevitavelmente, em contacto com produtos químicos.</p>

Aproximadamente 45% da amostra refere a exposição a produtos químicos, mais especificamente, “(...) *restos de enxofre, sulfato e de outros produtos* (...)” (trabalhadora do sexo feminino, 58 anos), um dos riscos toxicológicos mais prevalentes na agricultura (Eurofound, 2017), cujos efeitos nocivos são notórios no imediato, como é o caso das irritações nos olhos, pele, nariz e garganta, mas também a longo termo se a exposição for prolongada – doenças crónicas e problemas de saúde graves (Lundqvist, 2000; CE, 2015).

Tabela 11 - Fatores psicossociais de risco.

Fator de risco (INSAT 2016)	Percentagem	Verbalizações dos trabalhadores e registros de observação do investigador
Ritmo intenso de trabalho	41.9%	<p><i>“Primeiro fazemos os buracos, depois o adubo, o calcário, o fertor, depois pomos a vide, depois as estacas, amarramos e depois os tufinhos. É sempre a andar...”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 56 anos)</p> <p>Nesta atividade não há tempo para pausas. Na maioria dos casos as pessoas são contratadas à hora ou ao dia, por isso, são obrigadas a trabalhar a um ritmo bastante intenso. Nalgumas situações, as pessoas até são pagas de acordo com o trabalho que fizeram ao longo do dia.</p>
Cumprir normas de produção	67.7%	<p><i>“No caso das framboesas, elas não podem estar muito maduras, não podem ser malformadas, aleijadas, têm de estar perfeitas.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 42 anos)</p> <p><i>“No caso dos kiwis, temos de estar sempre a desinfetar as tesouras com álcool para não pegar doenças umas [árvores] às outras.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 42, anos)</p> <p>Os kiwis podem ter doenças, então, para não pegar as doenças de uma árvore para a outra, é necessário desinfetar as tesouras com álcool.</p>
Adaptar-se permanentemente a mudanças de métodos ou instrumentos de trabalho	64.5%	<p><i>“Cada vinha é um trabalhar diferente. No início é muito difícil.”</i> (feminino, 58 anos)</p> <p><i>“Para cada vinha o engenheiro explica como é que temos de fazer. Ou melhor, o engenheiro explica ao patrão, e o patrão explica-nos a nós como fazer. Cada vinha tem uma maneira diferente de se fazer a poda. Temos a poda badalhoca, a poda de dar e torno, a poda de vara, a poda de formação (que é para formar vides novas). Temos podas em que é preciso deixar dois olhos só e outras temos de deixar muitos olhos.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 56 anos)</p> <p>A poda é uma arte, cada tipo de uva tem uma forma diferente de ser podada e, portanto, os trabalhadores precisam não só de saber como se faz todo o tipo de podas necessárias, como têm de estar preparados para hoje podar de uma forma e amanhã de outra completamente diferente.</p>
Gerir instruções contraditórias	71.0%	<p><i>“Às vezes o patrão diz faz assim e depois vem o engenheiro e diz não é assim, é assado. Isso aborrece um bocadinho.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 58 anos)</p> <p>Apesar do trabalho ser o mesmo, cada chefia tem as suas peculiaridades na execução, acabando por dar indicações contraditórias aos trabalhadores.</p>

Estar sempre a mudar de função e tarefas	58.1%	<p><i>“Depende dos dias, tudo depende das necessidades. Uma pessoa faz um bocado o que for preciso. Hoje apanhamos mirtilos, amanhã vamos rapar vides ou espalhar estrume. É o que for preciso.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 42 anos)</p> <p>Os trabalhadores são contratados ao dia e à tarefa, ou seja, hoje podem ser contratados para apanhar mirtilos e amanhã para tirar os rebentos das framboesas ou rapar as videiras.</p>
Ter horários que obrigam a levantar-me antes das 5h da manhã	77.4%	<p><i>“Quando andava numas vinhas muito longe acordava às 4h da manhã. A vida no Douro é muito dura. Nós íamos naquelas carrinhas de caixa, chegávamos lá mais cansadas do que quando saíamos de casa.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 58 anos)</p> <p>Em muitas situações, os trabalhos agrícolas para que são contratados ficam a mais de 50km de distância das suas casas, por isso, para chegarem ao trabalho às 6h/7h da manhã ao local de trabalho tem de se levantar antes das 5h da manhã.</p>
Ser obrigado a fazer o trabalho tal e qual como foi definido	64.5%	<p><i>“Não vale a pena chatear porque temos de fazer como eles querem. Às vezes apetecia refilar, quando está a chover apetecia vir embora, mas temos que lá andar.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 58 anos)</p> <p>O trabalho é definido pelos engenheiros e deve ser executado tal e qual como eles definiram, sem a possibilidade de haver alterações por parte dos trabalhadores.</p>
Remuneração que não permite um nível de vida satisfatório	74.2%	<p><i>“Mas também somos mal pagos. Nós a receber 25€ por 8h de trabalho, nós precisávamos para aí de 50€.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 56 anos)</p> <p>Os trabalhadores recebem pouco mais de 3€/hora, sem esquecer as horas que perdem nas viagens trabalho-casa e casa-trabalho ou as condições de trabalho a que estão sujeitos (andar à chuva e ao sol, não terem casas-de-banho onde possam fazer as necessidades fisiológicas, almoçarem no meio do campo comida fria ou sandes, não terem água disponível para beberem sempre que precisarem).</p>
Sentir-se explorado	45.2%	<p><i>“O cheiro é insuportável, é um cheiro horrível. Então quanto está um tempo de choveniscos... que cheiro horrível, aquilo fica húmido e aquece, que cheiro... aquilo fica insuportável mesmo. Então carregar o trator à pá... às vezes, se estivesse mais perto de casa, vinha-me embora e mandava-os fazer isso a eles... às vezes apetece-me mesmo... e não é só no caso do estrume, também é no resto. O trabalho é pesado, não é fácil e ainda por cima pagam mal e com atraso.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 42 anos)</p>

A verdade é que estes trabalhadores são mesmo explorados, trabalham nas condições mais precárias sem o mínimo de compaixão ou respeito por eles. Nesta situação em específico, a trabalhadora referiu que a engenheira era nova lá e, portanto, como precisava de mostrar trabalho, colocava-as a fazer os trabalhos mais pesados sob vigia e sem a mínima consideração por elas. Bastava uma pessoa parar um bocadinho para respirar que ela já estava em cima delas a reclamar que ali era para se trabalhar.

Medo de sofrer uma lesão	61.3%	<p><i>“Aí não que não temos. Uma pessoa está sempre a ver quando é que vai levar com a enxada de alguém em cima ou cair de uma ribanceira abaixo. E quando vimos na carrinha, aquilo às vezes é um perigo, vai sempre gente a mais. Uma vez vínhamos para aí uns 12 numa carrinha de 9 lugares, vimos a polícia ao longe e os que vinham a mais na carrinha tiveram de saltar fora em andamento. Aquilo é um perigo.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 42 anos)</p> <p>Os perigos nesta atividade são múltiplos, todas as ferramentas com que trabalham são perigosas, os próprios colegas de trabalho são um perigo, até as viagens trabalho-casa e casa-trabalho são um perigo para estes trabalhadores, por isso, o medo de sofrerem uma lesão é constante e está sempre presente nas suas mentes.</p>
Sentir que não há preocupação com o bem-estar do trabalhador	48.4%	<p>Esta atividade de trabalho na maioria das vezes é realizada completamente ao ar livre, sem nenhuma estrutura física de apoio e, portanto, sem casas de banho onde os trabalhadores possam fazer as suas necessidades fisiológicas.</p> <p><i>“Nem casa de banho temos, passamos um dia inteiro sem fazer as necessidades. Já apanhei uma infeção por causa disso e tudo.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 67 anos)</p> <p><i>“Às vezes vêm 20 pessoas na carroçaria. Isto parece-lhe preocupação?”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 67 anos)</p> <p>A maioria destes trabalhadores é não-assalariados e, portanto, há uma série de obrigações legais no âmbito da segurança e saúde no trabalho que não lhe são aplicáveis, deixando-os totalmente desprotegidos nestas situações.</p>
Difícilmente conseguir realizar este trabalho quanto tiver 60/65 anos	64.5%	<p><i>“Mal consigo agora, quanto mais aos 65 anos.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 56 anos)</p> <p>O trabalho agrícola é muito duro, portanto grande parte dos trabalhadores não considera conseguir realizá-lo aos 60/65 anos.</p>
Gostar que os filhos não realizassem esta atividade de trabalho	74.2%	<p><i>“Só se fosse como hobby.”</i> (trabalhadora do sexo feminino, 42 anos)</p> <p>A maior parte destes trabalhadores não desempenha esta atividade porque gosta, mas sim porque precisa e, portanto, não gostava que os seus filhos também passassem pelo mesmo, a não ser que gostem.</p>

Os fatores psicossociais assumem um papel tão ou mais importante que os anteriores, não é por não se verem que o seu impacto na saúde é menor. E os dados demonstram uma presença bastante elevada destes riscos no setor. Além de serem obrigados a cumprir normas de produção e qualidade apertadas (67,7%) – “*No caso das framboesas, elas não podem estar muito maduras, não podem ser malformadas, aleijadas, têm de estar perfeitas.*” (trabalhadora do sexo feminino, 42 anos); “*No caso dos kiwis, temos de estar sempre a desinfetar as tesouras com álcool para não pegar doenças umas [árvores] às outras.*” (trabalhadora do sexo feminino, 42, anos) –, gerir instruções contraditórias (71%), adaptar-se constantemente a mudanças de métodos ou instrumentos de trabalho (64,5%) e de função e tarefas (58.1%), ainda são obrigados a fazer o trabalho tal e qual foi definido, sem qualquer poder de decisão ou voz ativa no seu trabalho (64,5%, uma taxa ainda superior à dos trabalhadores agrícolas na UE que já era a mais elevada da Europa).

Aproximadamente 77% dos trabalhadores agrícolas tem horários que os obrigam a levantar-se antes das 5h da manhã, estando totalmente dependentes de uma série de condicionantes para irem trabalhar, uma vez que o seu horário é, de certa forma, “imposto” pelas condições atmosféricas, pela época do ano, e pela necessidade de realização de atividades de sementeira, plantio ou colheita, e acabando por ser “avisados” desta necessidade de irem trabalhar, ou não, muito em cima da hora.

Como se os fatores de risco e as más condições de trabalho ainda não fossem suficientemente más, quase 75% da amostra afirma ter uma remuneração que não lhe permite um nível de vida satisfatório – “*Mas também somos mal pagos. (...)*” (trabalhadora do sexo feminino, 56 anos) –, pois muitos destes trabalhadores estão presos a uma informalidade de trabalho inegavelmente precária onde nem acesso ao salário mínimo têm.

Cerca de 61% dos trabalhadores afirma ter medo de sofrer uma lesão (as mulheres mais do que os homens, $X^2 = 8.316$, $p = .041$), o que é totalmente compreensível se pensarmos em todos os riscos a que estes trabalhadores estão expostos e àqueles que, muitas vezes, por vergonha ou receio permanecem na escuridão do trabalho precário completamente escondidos das estatísticas e investigações, mas cujo contacto com estes trabalhadores permite enunciar. Tal é o caso, por exemplo, das viagens casa-trabalho-casa, em que os trabalhadores são transportados sem qualquer tipo de segurança, completamente desprotegidos e expostos a uma série de riscos acrescidos aos já existentes, em carrinhas de caixa aberta, sem lugares de assento, ou em carrinhas cujo número de lugares é inferior ao de passageiros e, muitas vezes, em excesso de velocidade.

Mais de 45% dos trabalhadores sente que não há preocupação com o seu bem-estar no local de trabalho, pois “*Nem casa de banho temos, passamos um dia inteiro sem fazer as necessidades. (...)*” (trabalhadora do sexo feminino, 67 anos). Mais uma vez, o questionamento sobre a noção de “trabalho digno” urge aqui.

Aproximadamente 65% dos participantes considera que dificilmente irá conseguir realizar este trabalho quanto tiver 60/65 anos, e 74,2% afirma que gostava que os filhos não realizassem esta atividade de trabalho, o que pode ser mais um indicador da precariedade desta atividade.

A falta de equipamentos de proteção coletiva e individual (EPI's) é outro aspeto crítico nesta atividade, nenhum dos trabalhadores refere a existência dos primeiros e 51,6% afirma não ter acesso a EPI's no local de trabalho (percentagem bastante superior aos indicadores europeus correlatos (Eurofound, 2017). Como referiu uma trabalhadora, “*Quando mexemos com estes produtos (calcário e adubo) usamos sempre luvas e também devíamos usar máscaras, mas é raro usarmos. Usamos só de vez em quando, porque custa muito a respirar com aquilo e com o calor não é fácil. E ele (o patrão) só às vezes é que pergunta se não queremos usar máscara.*” (trabalhadora do sexo feminino, 42 anos); e mesmo quando o uso dos mesmos é obrigatório, os trabalhadores são obrigados a trazê-los de casa – “*Temos de ser nós a levar as nossas coisas.*” (trabalhadora do sexo feminino, 58 anos). Os trabalhadores também afirmam não usar este tipo de equipamento por dificultar a realização do trabalho ou por ser altamente desconfortável e incómodo, porque muitas vezes a conceção e eficácia real destes equipamentos é mal avaliada e a utilização destes equipamentos está associada a “dificuldades e inconvenientes que interferem no desenvolvimento das suas atividades” (Duarte, Théry & Ullilen, 2016, p. 10).

2.3. A Saúde na Agricultura

Os problemas de saúde associados ao setor agrícola são vários, como dores nas costas (22.6% refere que este problema é causado pelo trabalho e 48.4% agravado por ele), dores musculares e articulares (causado pelo trabalho – 22.6%; agravado pelo trabalho – 41.9%), ansiedade, fadiga, sonolência, insónias (neste caso, a percentagem de participantes que considera que refere o trabalho como a causa de problemas do sono é superior, 12.9%, à daqueles que considera que o trabalho agrava este problema de saúde, 9.7%), entre outros. Em algumas situações, estes podem não ser causados pela atividade de trabalho, mas acabam

por ser agravados pela mesma, como é o caso das dores de cabeça, com o registo de 32,3% de declarações na nossa amostra (Tabela 12).

Tabela 12 - Problemas de saúde associados ao trabalho agrícola.

Problema de saúde	Número de participantes	Relação com o trabalho	Percentagem
Dores de costas	25	Causado pelo trabalho	22.6%
		Agravado pelo trabalho	48.4%
Dores musculares e articulares	22	Causado pelo trabalho	22.6%
		Agravado pelo trabalho	41.9%
Dores de cabeça	18	Causado pelo trabalho	0%
		Agravado pelo trabalho	32.3%
Ansiedade ou irritabilidade	14	Causado pelo trabalho	6.5%
		Agravado pelo trabalho	29.0%
Fadiga generalizada	16	Causado pelo trabalho	9.7%
		Agravado pelo trabalho	38.7%
Desânimo generalizado	10	Causado pelo trabalho	6.5%
		Agravado pelo trabalho	12.9%
Sonolência ou insónias	13	Causado pelo trabalho	12.9%
		Agravado pelo trabalho	9.7%

No dia-a-dia, muitos dos trabalhadores sentem dores ou dificuldades, pequenos indícios de que o trabalho agrícola está a afetar a sua saúde de forma negativa, como por exemplo, sentir cansaço (38,7%), dores, nervosismo (9,7%), dificuldade em dormir, perder a paciência com facilidade (35,5%), entre outros (cf. Fig. 6) – 51.6 % da amostra considera que a sua saúde é afetada negativamente pelo trabalho.

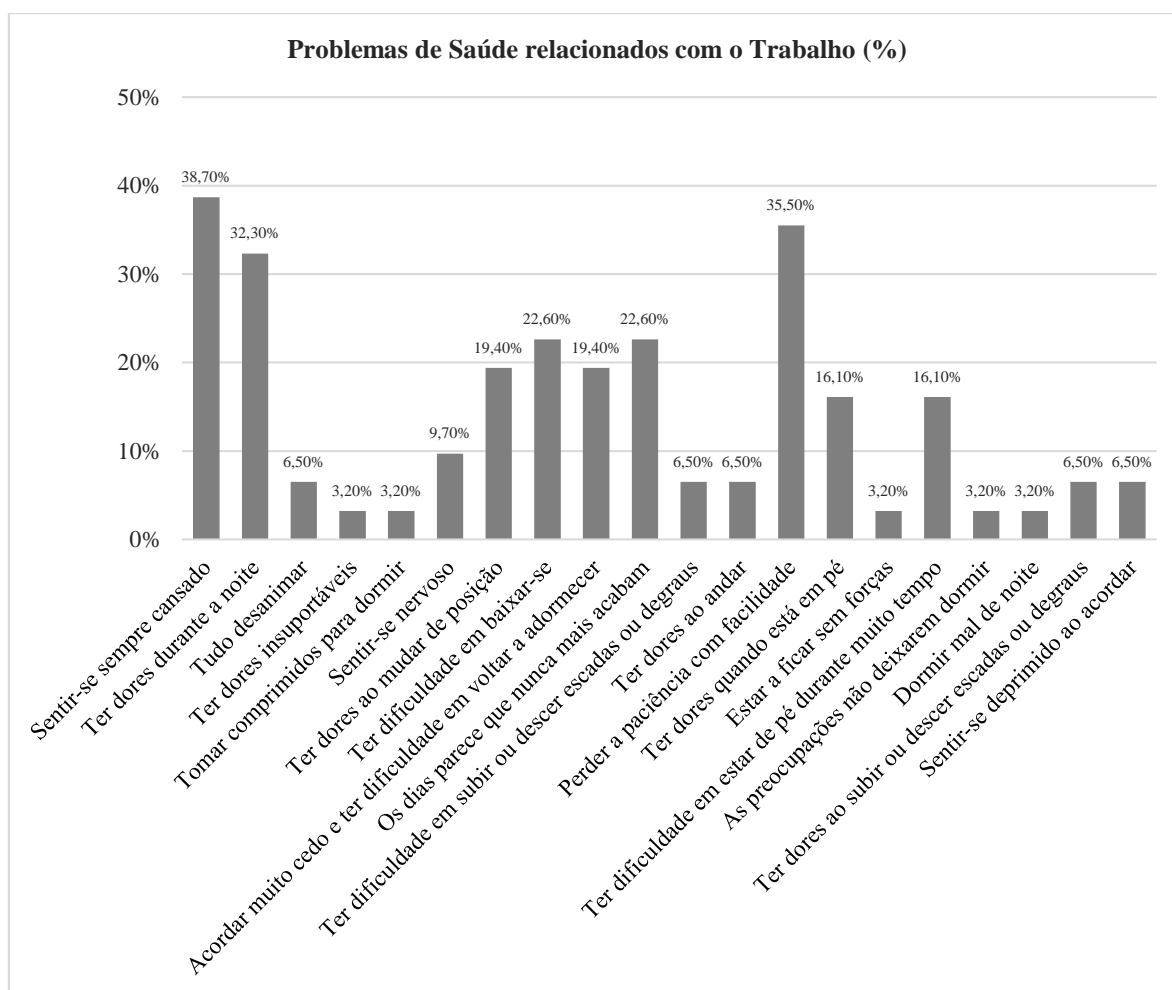


Figura 6 - Problemas de saúde sentidos no dia-a-dia pelos trabalhadores agrícolas relacionados com a sua atividade de trabalho (%).

Os resultados indicam que os trabalhadores do sexo feminino dormem significativamente pior de noite do que os do sexo masculino ($X^2=4.188$, $p=.004$), também os dados estatísticos europeus evidenciam que, no setor agrícola, as mulheres não só reportam mais problemas de sono que os homens, como são as que reportam mais problemas de sono em toda a Europa, comparativamente com outros setores de atividade (Eurofound, 2017). A amostra em questão não reconheceu este problema como estando diretamente relacionado com o trabalho agrícola, atribuindo-lhe outro tipo de causas que não o trabalho, o que pode estar relacionado com o facto de nem sempre o sofrimento de uma pessoa, o impacto das condições de trabalho ser visível, observável e imediato, muitas vezes ele vai-se “construindo”, até ser tornado explícito pelo trabalhador (Barros-Duarte & Lacomblez, 2006).

Em última instância, a ausência de vigilância, do ponto de vista da segurança e da saúde destes trabalhadores, perpetua o silenciamento destes trabalhadores que não têm a quem dirigir as suas queixas, que não têm oportunidade de ver reparados os seus problemas de saúde, nem melhoradas as condições de trabalho que contribuem para o seu desenvolvimento ou agravamento.

Conclusões

Como foi possível ir identificando ao longo deste trabalho, existe “um mundo” para além daquele que é descrito e discutido nos documentos oficiais – o setor agrícola é um setor com uma importância indiscutível na vida coletiva, mas é também um dos setores mais frágeis, vulneráveis e deficitários. As contingências a que está votado, com as alterações climáticas, a introdução de novas práticas na agricultura e novas produções, que conduzem inevitavelmente ao surgimento também de novas pragas, transforma-o num setor de carácter irremediavelmente sazonal, incerto, instável e, por consequência ou não, pouco atrativo para muitos.

O setor agrícola, e em particular no que se refere ao incentivo crescente à produção de frutos vermelhos, esconde uma realidade assustadoramente precária, caracterizada pela sazonalidade da atividade, por formas de trabalho atípicas ou informais, por períodos de desemprego, por falta de proteção social e económica, por exposição a múltiplos fatores de risco e a condições de trabalho pouco dignas; vivenciada por muitos dos trabalhadores agrícolas das zonas rurais. Estes trabalhadores são contratados sazonalmente, por chamada (*on-call work*), e de acordo com as necessidades e condições climáticas do momento, para desempenhar tarefas únicas e específicas, como se de uma produção em linha se tratasse, nomeadamente, a colheita de frutos vermelhos (amoras, groselhas, mirtilos e framboesas), kiwis e uvas; a poda das respetivas árvores de fruto; e a preparação do terreno para a plantação de mais. O impacto deste trabalho e das condições de subemprego destes trabalhadores deixa marcas indeléveis na sua saúde, embora a necessidade de sobrevivência e/ou a ausência de alternativas os faça manter-se em atividade neste contexto.

Esta realidade não é resultado de uma única causa, mas de uma multiplicidade de fatores que perpetuam o trabalho precário, fazendo parte ou não dos seus objetivos, como é o caso das políticas públicas implementadas no setor agrícola (nomeadamente ProDer e PDR2020), cujos objetivos passavam pela criação de emprego e dinamização das zonas rurais, mas acabaram por compactuar, e fazer perpetuar, esta precariedade de condições de trabalho.

Neste sentido, seria importante haver uma maior regulação aquando da implementação de medidas como estas, assim como uma investigação mais aprofundada destas realidades, focada não só na atribuição de visibilidade aos problemas identificados, mas também na busca de potenciais soluções, que possam dar resposta aos problemas que

se impõem no dia-a-dia destes trabalhadores e às questões que eles fazem emergir. Porque se refletirmos sobre tais questões é preocupante pensarmos: Como é que estes trabalhadores podem passar a vida a trabalhar e nunca terem acesso a um médico de trabalho? Como é que se continua a definir políticas de desenvolvimento do setor sem qualquer exigência relativamente a avaliações de riscos? Como é que são apoiadas explorações agrícolas que não garantem as condições básicas de segurança e saúde no trabalho? Como é que as entidades públicas permitem a subsistência desta realidade, quase como se aquilo que não se fala ou não se vê, não existisse?.

Referências Bibliográficas

- Banco Mundial. (2007). *Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2008 – agricultura para o desenvolvimento: visão geral* [PDF]. Retirado de http://siteresources.worldbank.org/INTWDRS/Resources/477365-1327599046334/8394679-1327614067045/FINAL_WDR-OV-Portuguese-text_9.26.07.pdf
- Banco Mundial. (2016). *Relatório anual de 2016*. doi: 10.1596/978-1-4648-0857-9
- Baptista, F. O. (1994). A agricultura e a questão da terra – do Estado Novo a Comunidade Europeia. *Análise Social*, 29, 907-921.
- Baptista, F. O. & Rolo, J. C. (2017). Trabalho agrícola: percursos e modelos. In Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral [GPP], *Cultivar: Cadernos de Análise e Prospecção*, 25-37. Retirado de http://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/Cultivar_10.pdf
- Barros-Duarte, C., Cunha, L. & Lacomblez, M. (2007). INSAT: uma proposta metodológica para análise dos efeitos das condições de trabalho sobre a saúde. *Laboreal*, 3 (2), 54-62. Retirado de <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=37t45nSU547112311:499682571>
- Barros-Duarte, C. & Lacomblez, M. (2006). Saúde no trabalho e descrição das relações sociais. *Laboreal*, 2 (2), 82-92. Retirado de <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=37t45nSU547112278541446881>
- Castelhano, J. & Nogueira, S. (2011). *Género e Trabalho: o processo de inserção feminina em profissões tradicionalmente masculinas*. Relatório final do projeto apresentado pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto à Fundação para a Ciência e a Tecnologia e à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Comissão Europeia [CE]. (2014). *Compreender as políticas da União Europeia: agricultura*. doi:10.2775/98016
- CE. (2015). *Guia de boas práticas não vinculativo para a melhoria da aplicação das diretivas relativas à proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores da agricultura, pecuária, horticultura e silvicultura*. doi:10.2767/61851

- CE. (2017a). *Compreender as políticas da União Europeia: agricultura* [PDF]. Retirado de http://publications.europa.eu/resource/ellar/f08f5f20-ef62-11e6-8a35-01aa75ed71a1.0010.01/DOC_1
- CE. (2017b). *O futuro da alimentação e da agricultura* [PDF]. Retirado de https://ec.europa.eu/agriculture/sites/agriculture/files/future-of-cap/future_of_food_and_farming_communication_pt.pdf
- Croucher, R., Stumbitz, B., Quinlan, M. & Vickers, I. (2013). *Can better working conditions improve the performance of SMEs? An international literature review*. Geneva: International Labour Organization [ILO].
- Diehl, R. (1989). *Agricultura geral*. Lisboa: Clássica Editora.
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte [DRAPN]. (2015). *Relatório anual de atividades 2014* [PDF]. Retirado de <http://www.drapn.min-agricultura.pt/drapn/conteudos/relatorios/RelatorioActividades2014.pdf>
- Domingos, T., Neves, A. & Marta-Pedroso, C. (2016). *Relatório Final da Avaliação Ex-post do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 (ProDeR)* [PDF]. Estudo encomendado pela Autoridade de Gestão do ProDeR. Retirado de <http://www.proder.pt/Handlers/PRODER/RelatorioFinalAvaliacaoEx-Post.pdf>
- Duarte, F., Théry, L. & Ullilen, C. (2016). Os equipamentos de proteção individual (EPI): Protetores, mas nem sempre. Apresentação do dossier. *Laboreal*, 12 (1), 9-11. Retirado de <http://dx.doi.org/10.15667/laborealxii0116fd>
- European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions [Eurofound]. (2015). *New forms of employment*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. doi:10.2806/937385
- Eurofound. (2017). *Sixth European Working Conditions Survey – Overview report (2017 update)* [PDF]. Retrieved from https://www.eurofound.europa.eu/sites/default/files/ef_publication/field_ef_document/ef1634en.pdf
- Eurofound. (2018). *Seasonal work*. Retrieved from <https://www.eurofound.europa.eu/observatories/eurwork/industrial-relations-dictionary/seasonal-work>
- European Parliament. (2017). *Temporary contracts, precarious employment, employees' fundamental rights and EU employment law: study for the petit committee*. Brussels: Author.

- Garrigou, A., Baldi, I. & Dubuc, P. (2008). Contributos da ergotoxicologia na avaliação da eficácia real dos EPI que devem proteger do risco fitossanitário: da análise da contaminação ao processo coletivo de alerta. *Laboreal*, 4 (1), 92-103. Retirado de <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV65822343965;7:73962>
- Gonçalves, F. & Alves, M. J. (2017). Código do Trabalho. Coimbra: Edições Almedina.
- GPP. (2016). *Agricultura, silvicultura e pesca – indicadores 2016* [PDF]. Retirado de http://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/Periodicos/Indicadores_2016.pdf
- GPP. (2017a). *Análise sumária da evolução das características estruturais das explorações agrícolas – inquérito à estrutura das explorações agrícolas 2016* [PDF]. Retirado de http://www.gpp.pt/images/Agricultura/Estatisticas_e_Analises/Estatisticas/AnaliseEstruturaExplAgricolas2016.pdf
- GPP. (2017b). *Cultivar: cadernos de análise e prospetiva* [PDF]. Retirado de http://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/Cultivar_10.pdf
- Gustafsson, B., Lundqvist, P. & Lindgren, G. (1989). Climatic Effects on the Greenhouse Worker: Physiological Measurements in a Climate Chamber and in Greenhouses. *Swedish Journal of Agricultural Research*, 10, 217-225.
- ILO. (2014). *Safety and health at work: a vision for sustainable prevention*. Geneva: Author.
- ILO. (2015). *Giving a voice to rural workers*. Geneva: Author
- ILO. (2016). *World Employment and Social Outlook 2016: Transforming jobs to end poverty* [PDF]. Retrieved from https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2525wcms_481534.pdf
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. [INE]. (2011). *Classificação Portuguesa das Profissões 2010*. Lisboa: Autor.
- INE. (2017). *Estatísticas agrícolas 2016*. Lisboa: Autor.
- Kalleberg, A. L. (2009). O Crescimento do Trabalho Precário: um desafio global. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24 (69), 21-30. Retirado de <http://www.redalyc.org/pdf/107/10713664002.pdf>
- Lundqvist, P. (2000). Occupational health and safety of workers in agriculture and horticulture. *New Solutions*, 10 (4), 351-365.
- Molinié, A-F. (2010). Queixa. *Laboreal*, 6 (1), 69-71. Retirado de <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV65822349;87378;5222>

- Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações Agro-Alimentares [OMAIAA]. (2011). *Os pequenos frutos*. Retirado de http://www.observatorioagricola.pt/item.asp?id_item=115
- Organização Internacional do Trabalho [OIT]. (2011). Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho: um instrumento para uma melhoria contínua [PDF]. (Autoridade para as Condições do Trabalho [ACT], Trad.). Retirado de http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/28abril_11_pt.pdf
- OIT. (2015). *Relatório VI – Proteção dos trabalhadores num mundo do trabalho em transformação: Debate recorrente sobre o objetivo estratégico da proteção social (proteção dos trabalhadores)* [PDF]. Retirado de http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorio104_vi_pt.pdf
- OIT. (2017). Questões da agricultura – promoção do trabalho digno. In GPP, *Cultivar: Cadernos de Análise e Prospetiva* (pp. 71-77). Retirado de http://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/Cultivar_10.pdf
- Pino, F. A. (2014). Sazonalidade na Agricultura. *Revista de Economia Agrícola*, 61 (1), 63-93. Retirado de <http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicar/rea-1/rea4.pdf>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD]. (2014). *Relatório do desenvolvimento humano 2014 – sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência* [PDF]. Retirado de http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf
- PNUD. (2015). *Relatório do desenvolvimento humano 2015 – o trabalho como motor do desenvolvimento humano*. Nova Iorque: Autor.
- Pordata. (2018a). *Mão-de-obra agrícola: total e por nível de instrução*. Retirado de <https://www.pordata.pt/Portugal/M%C3%A3o+de+obra+agr%C3%ADcola+total+e+por+n%C3%ADvel+de+instru%C3%A7%C3%A3o-3436>
- Pordata. (2018b). *Mão-de-obra agrícola: total e por tipo*. Retirado de <https://www.pordata.pt/Portugal/M%C3%A3o+de+obra+agr%C3%ADcola+total+e+por+tipo-3437-309665>
- Programa de Desenvolvimento Rural [ProDeR]. (2012). *Perfil do PRODOR*. Retirado de <http://www.proder.pt/conteudoec0e.html?menuid=329>
- Rabardel, P. (Dir.) (1988). *Ergonomie: concepts et méthodes*. Toulouse: Éditions Octarés.

Sirven, N., Cardebat, J. & Coupaud, M. (2017). Working conditions and the health of workers: An elaboration of a responsible prevention ratio. *Economic and Industrial Democracy*, 38(4), 562-58. doi: 10.1177/0143831X15584084

Science and Technology Options Assessments [STOA]. (2016). *Precision agriculture and the future of farming in Europe* [PDF]. Retrieved from [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/581892/EPRS_STU\(2016\)581892_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/581892/EPRS_STU(2016)581892_EN.pdf)

STOA. (2017). *Annual report 2016* [PDF]. Retrieved from [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/OTH/2017/598620/EPRS_STU\(2017\)598620_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/OTH/2017/598620/EPRS_STU(2017)598620_EN.pdf)

Strauss, J. & Corbin, A. (1990). Grounded Theory Research: Procedures, Canons, and Evaluative Criteria. *Qualitative Sociology*, 13 (1), 3-21.

Tessari, C. A. (2011, julho). *A escassez sazonal de mão-de-obra na agricultura e o trabalhador nacional. Nem vadio, nem escasso, nem instável (Oeste paulista, 1890-1915)*. Comunicação apresentada no XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, Brasil.

Anexos

Anexo 1 – Declaração de consentimento informado



CENTRO
DE PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DO PORTO



UNIVERSIDADE
FERNANDO PESSOA
WWW.UFPPT



Consentimento Informado

“Inquérito Saúde e Trabalho – INSAT 2016”

O uso do Inquérito Saúde e Trabalho enquadra-se no âmbito da Dissertação de Mestrado que será apresentada Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, sob a orientação da Dr.^a Liliana Cunha.

O objetivo intrínseco à utilização deste instrumento consiste em recolher dados sobre as condições de trabalho e saúde de trabalhadores agrícolas com carácter sazonal e experiência em tarefas inerentes à produção de frutos vermelhos, kiwis e uvas, solicitando-se a sua participação na resposta às questões colocadas, ou na partilha de outras informações que considere pertinentes face ao objetivo desta Dissertação.

Toda a informação recolhida será mantida sob anonimato e confidencialidade.

Após a análise e tratamento dos dados, os resultados obtidos serão alvo de restituição junto dos participantes envolvidos nesta pesquisa.

Caso recuse participar, tal decisão não lhe trará quaisquer benefícios ou prejuízos. De igual forma, poderá a qualquer momento decidir não dar continuidade à sua participação, sem a exigência de justificação.

Obrigada pela sua colaboração.

Para mais esclarecimentos, por favor, contactar: Bruna Vieira, mipsi12035@fpce.up.pt.

“Declaro que tomei conhecimento dos objetivos do estudo. Fui informado/a de todos os aspetos que considero importantes e tive a oportunidade de esclarecer as minhas dúvidas sobre a investigação. Participo de forma voluntária e fui informado/a de que a minha participação, a sua interrupção, ou recusa em participar, não traria quaisquer benefícios ou prejuízos pessoais.”

Participante

Assinatura _____

Data ____/____/____

Anexo 2 – “A atividade de trabalho na agricultura”

Tipo de produto	Tipo de cultura prevista						Atividade concreta	Condicionantes do trabalho			Constrangimentos				Emprego			
	Exigências		Tipo de clima		Permanente/ Temporária	Estufa/ Ar livre		Clima	Pragas	Quantidade de produto disponível	O mais penoso	Tempo de viagem	Horas a que chegam a casa	Transporte	Tipo de vínculo	Salário	Deslocações	Tipo de equipa
	Plantação	Apanha	Plantação	Apanha														

Anexo 3 – “As percepções da atividade de trabalho dos trabalhadores agrícolas retratadas nas suas próprias verbalizações”

Tarefas	Produto associado	Objetos e meios necessários	Experiência	Exigências percebidas		Constrangimentos percebidos		Produção e qualidade	Outras observações
				Físicas	Psicológicas	Físicos	Psicológicos		

Anexo 4 – “O olhar do investigador na observação da atividade de trabalho dos trabalhadores agrícolas”

Anexo 5 – “As percepções da atividade de trabalho dos trabalhadores agrícolas retratadas nas suas próprias verbalizações” (Exemplo, trabalhadora do sexo feminino, 56 anos)

Tarefas	Produto associado	Objetos e meios necessários	Exigências percebidas		Constrangimentos percebidos		Produção e qualidade
			Físicas	Psicológicas	Físicos	Psicológicos	
Apanhar Framboesa	Framboesa	Chapéu Cuvetes Caixas	<i>“A escolha é mais difícil, temos duas escolhas, a boa para um lado, para as cuvetes, e a outra para o refúgio (para fazer compotas).”</i>				<i>“A framboesa só se pode apanhar a que estiver mais rosada.”</i>
Apanhar Mirtilo	Mirtilo	Chapéu Cuvetes Caixas					<i>“O mirtilo é mais fácil porque pode-se apanhar tudo junto, grandes, pequenos, aleijados, tudo... Depois eles também os escolhem, mas não somos nós.”</i>
Apanhar Amora	Amora	Chapéu Cuvetes Caixas			<i>“O que custa mais é apanhar a amora de picos, porque uma pessoa pica-se toda.”</i>		<i>“No caso da amora, temos de apanhar a que está mais preta e também tem duas escolhas como a framboesa. E depois há vários tipos de amora, há a amora grande, a normal e a amora de picos. Nós apanhamos tudo com a mão.”</i>
Vindimar	Uva	Chapéu Luvas Tesouras Cestos	<i>“A vindima é muito pesada, eu gosto, mas é pesado por causa de acartar os cestos e carregar a camioneta.”</i>		<i>“A vindima é muito pesada, eu gosto, mas é pesado por causa de acartar os cestos e carregar a camioneta.”</i>	<i>“... somos mal pagos. Nós a receber 25€ por 8h, nós precisávamos para aí de 50€.”</i>	<i>“... É só cortar as uvas, encher os cestos, acartá-los e encher a camioneta. Cada vinha tem a sua qualidade de uvas, por isso, não é preciso separar, é tudo para o mesmo cesto.”</i>
Podar videiras	Uva	Chapéu Luvas Tesoura pequena Serrrote Fio de plástico			<i>“Custa mais quando é para atrasar as videiras, porque elas são muito grossas... aquilo é que custa.”</i>		<i>“Temos o vinho almarim. Neste temos de deixar um torno e uma vara que depois vêm a terminar num arco. Nesta poda como é pequena usamos uma tesoura pequena e um serrrote. E depois para amarrar as vides usamos um fio de plástico. Fazemos a poda do vinho almarim, do penedão, do moscatel... Na poda do penedão deixamos mais tornos e na poda do moscatel deixamos mais varas. Para cada vinha o engenheiro explica como é que temos de fazer. Cada vinha tem uma maneira diferente de se fazer a poda. Temos a poda badalhoça, a poda de dar e torno, a poda de vara, a poda de formação (que é para formar vides novas). Temos podas em que é preciso deixar dois olhos só e outras temos de deixar muitos olhos. Os olhos são a “origem” dos cachos das uvas.”</i>
Plantar videiras	Uva	Tufinhos Adubo Calcário Fertor Estacas				<i>“A formação custa menos do que podar, mas tem mais responsabilidade.”</i>	<i>“Plantámos as vides. Primeiro fazemos os buracos, depois o adubo, o calcário, o fertor, depois pomos a vide, as estacas, amarramos e depois os “tufinhos” (a proteção das vides, aquelas coisas verdes). Depois no ano seguinte tiramos os “tufinhos”, porque a vide já está pronta para viver, já não precisa de proteção e depois formamos a vide. Formar a vide é amarrar a vide só ao arame e colocá-la pronto direitinha. Para todo o tipo de vinho a vide tem de ser formada. No máximo nós só podemos deixar 10 olhos, mas se a vide estiver fraquinha só pode ser 4 ou 5 olhos. Porque está fininha e algumas até têm a ponta seca. É para dar poucos cachos, porque se não a vide não aguenta. Eles até lhe chamam carga. Se deixarmos uma vide com muita carga, ela dá muitos cachos, se deixarmos poucos olhos, ela vai dar poucos cachos. Temos de ver sempre o tamanho dela e o quanto ela vai aguentar.”</i>
Podar Kiwis	Kiwi	Farrapos Atilhos Tesoura grande	<i>“São muito ruins de podar porque são muito altos e é preciso uma tesoura muito grande, já não pode ser uma pequenina.”</i>		<i>“São muito ruins de podar porque são muito altos e é preciso uma tesoura muito grande, já não pode ser uma pequenina.”</i> <i>“Os troncos são muito grossos e é muito difícil de cortar e as tesouras são muito pesadas, custa muito.”</i>		<i>“É quase igual a podar vides. Tem de se cortar tudo o que está entrelaçado, tudo o que está abaixo do arame. E depois amarramos com farrapos. O macho fica para podar em junho, porque não se pode podar agora. Cada pé só pode ficar com 15 a 18 varas no máximo de cada lado. As varas são amarradas com atilhos, já não é com farrapos. E em cada vara só pode ficar 12 a 14 olhos. Amarramos o pé ao arame com farrapos ou atilhos (depende do sítio, do empregador), depois esticamos o kiwi na ramada e amarramos na ponta. Temos de desinfetar as tesouras com álcool para não passar doenças de um kiwi para o próximo.”</i>

Precariedade na agricultura: a realidade dos trabalhadores agrícolas sazonais

Bruna Alexandra Moreira Vieira

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

